ENSINO MÉDIO EDUCADORES PRESSIONAM O GOVERNO PARA REVOGAR A REFORMA DE TEMER, A REFORÇAR AS DESIGUALDADES

WELLINGTON DIAS "O NOVO BOLSA FAMÍLIA VISA NÃO APENAS A SUPERAÇÃO DA FOME, MAS TAMBÉM A RETOMADA DO CRESCIMENTO"

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

A BOMBA DE BOLSONARO

OS JUROS EXORBITANTES DO BANCO CENTRAL E O LEGADO PERNICIOSO DO EX-CAPITÃO ARRASTAM O PAÍS PARA UMA CRISE DE PROPORÇÕES ASSUSTADORAS, MAS A EQUIPE DE LULA TEM MEIOS DE NEUTRALIZAR A AMEAÇA

ANO XXVIII Nº 1249 R$ 31,90
8 DE MARÇO DE 2023
9 771809 669002 01249

CartaCapital

8 DE MARÇO DE 2023 • ANO XXVIII • Nº 1249

Passados cinco anos, a dúvida persiste. Mas a investigação agora ganha relevante reforço. Pág. 28

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto

CLARICE LISSOVSKY E EUGÊNIO SÁVIO

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: **HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR**

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: André Costa Lucena, Beatriz Loss e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora
EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR EXECUTIVO: Marcelo Romão
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Este produto é impresso na PLURAL – uma empresa

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

SAMBA, SOL E CALOTE

Muito bom e elucidativo artigo. Nós, simples mortais, não conhecemos os bastidores obscuros do nosso sistema tributário. Para o cidadão comum, não existe a possibilidade de ter as dívidas perdoadas em votações do Carf. O voto de minerva é de cima para baixo, ou paga ou paga.
José Carlos Gama

NEM TUDO QUE RELUZ É LÍCITO

Bolsonaro deixou um rastro de destruição na Amazônia com desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental. Passou da hora de resguardar a área devastada pelo garimpo e salvar os indígenas dos criminosos da floresta. O delegado Alexandre Saraiva bem que merecia um cargo na Superintendência da Polícia Federal, pois ninguém melhor que ele conhece os meandros da Região Amazônica e a criminalidade que Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, liberou ao "deixar passar a boiada".
Paulo Sérgio Cordeiro

POR ÁGUA ABAIXO

A privatização da Sabesp é o bolsonarismo mostrando a que veio em São Paulo: destruir o patrimônio construído pelo povo. Lamentável.
Luísa Soares

O povo paulista merece o Tarcísio privatizador. Vão colher o que plantaram.
Maria José Penhaça

REFORÇO À VISTA

Não é esmola, é benefício. Agradeço por não precisar e não generalizo quem recebe, muito menos quem tem filhos pequenos em situação de vulnerabilidade. O governo deve prestar assistência a todos os que têm necessidade.
Lu Ana

OS ALVOS DE SEMPRE

Não se veem mansões descendo barrancos, só casas humildes. Os pobres vivem em lugares perigosos por não ter para onde ir.
Michele Nicto

Todos culpam o Estado pela falta de assistência, mas o problema é muito maior. É a brutal desigualdade na distribuição de renda. Enquanto não houver uma política de redução das disparidades sociais existirão pessoas vulneráveis em áreas de risco, não apenas nas encostas do litoral.
Maria Aparecida de Souza

Esse dilúvio tornou visível e detonou a força de trabalho que sustenta a economia da região. Tornou visível também a tragédia brasileira, que não cria contratos sociais economicamente mais distributivos, nem constrói planos diretores urbanos sustentáveis.
Eugênio Lacerda

IMPASSE NA UCRÂNIA

A Rússia é invasora. O Estado de Israel é invasor. Os EUA, então, invadiram o Iraque, o Afeganistão, a Líbia, e mais de uma dúzia de países. Mas a indignação é seletiva, vemos somente a russofobia em ação.
Clóvis Deitos

ERRATA

O governador paulista Tarcísio de Freitas é filiado ao Republicanos, não ao PL, como foi incorretamente informado na reportagem "Os alvos de sempre" (Edição 1248). Neste mesmo texto, é necessário outro reparo: Wellington Dias é ministro do Desenvolvimento Social, e não do Desenvolvimento Regional. Pedimos desculpas aos leitores pela desatenção.

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Paiva, o pacificador

"Não dá para falar com certeza que houve qualquer tipo de irregularidade (na vitória de Lula nas eleições). Infelizmente, foi o resultado que, para a maioria de nós, foi indesejado, mas aconteceu", disse o general Tomás Paiva a subordinados em 18 de janeiro, três dias antes de assumir o comando do Exército. Gravado de forma velada por um dos presentes na reunião ocorrida no Comando Militar do Sudeste, o áudio foi revelado pelo *podcast* Roteirices na terça-feira 28. Em recente encontro com generais da ativa, Paiva confirmou a autenticidade da gravação, mas esclareceu que a declaração buscava "pacificar" temas políticos dentro da caserna.

Trabalho escravo/ **Bebida amarga**

As vinícolas flagradas culpam os programas sociais por falta de mão de obra

O deplorável episódio é representativo de como funcionam as relações trabalhistas no último país das Américas a abolir formalmente a escravidão. Na quarta-feira 22, uma operação resgatou 207 trabalhadores em condições análogas à escravidão que atuavam na colheita e no carregamento de uvas na cidade gaúcha de Bento Gonçalves. Contratados por uma prestadora de serviços das vinícolas Aurora, Salton e Cooperativa Garibaldi, as vítimas eram submetidas a jornadas exaustivas, dormiam em alojamentos precários e ainda sofriam ameaças e castigos físicos de capangas armados, inclusive com choques elétricos e *spray* de pimenta.

A operação foi deflagrada após um grupo de trabalhadores conseguir escapar da vigilância e denunciar as práticas da Fênix Serviços de Apoio Administrativo. A empresa teria aliciado agricultores no interior da Bahia com a promessa de salários de até 4 mil reais, mas eles já chegavam ao Sul endividados com despesas de alimentação e transporte. Em situação de servidão por dívidas, eles eram acordados para trabalhar às 4 da manhã e só retornavam ao alojamento às 9 da noite. Sem poder sair, precisavam comprar produtos dos empregadores por preços superiores aos do mercado. Quem não tinha dinheiro na mão recorria a empréstimos com juros extorsivos, que chegavam a 50% ao término da safra.

Após a revelação desses horrores, as vinícolas alegaram desconhecer as violações trabalhistas praticadas pela empresa terceirizada, como se não tivessem responsabilidade solidária pelos crimes em sua cadeia produtiva. Ao sair em defesa das empresas, o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves, conhecido pela sigla CIC-BG, foi além: responsabilizou os programas sociais pela falta de mão de obra no campo. "Há uma larga parcela da população com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo através de um sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade."

Os trabalhadores sofriam castigos com choques elétricos e *spray* de pimenta

Não bastasse, um vereador da cidade vizinha de Caxias do Sul sugeriu que as vinícolas de Bento Gonçalves "não contratem mais aquela gente lá de cima" para trabalhar nas colheitas. "A única cultura que os baianos têm é viver na praia tocando tambor", disse Sandro Fantinel, do Patriotas. Por conta do discurso xenófobo, o vereador acabou denunciado à Polícia Civil pelo deputado estadual Leonel Radde, do PT, e agora se diz arrependido das declarações feitas na tribuna da Câmara Municipal.

Lava Jato 1/ Mais um ídolo com pés de barro

O CNJ afasta Bretas por desvio de conduta e favorecimento de aliados

Por 12 votos a 3, o Conselho Nacional de Justiça decidiu afastar o juiz Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. O colegiado instaurou um Processo Administrativo Disciplinar contra o magistrado, acusado de desvio de conduta e possível favorecimento de aliados políticos nas decisões judiciais tomadas nos processos que analisava. Bretas permanecerá afastado até a conclusão do caso.

Amigo pessoal de Wilson Witzel, o juiz é acusado de participar de negociações irregulares a partir de delações premiadas para favorecer o ex-governador, cassado por corrupção. Da mesma forma, pesa contra ele a denúncia feita pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, da suposta atuação política de Bretas na eleição de 2018 em favor de Witzel, contribuindo para a vitória do ex-governador nas urnas.

Assim como aconteceu com o ex-juiz Sergio Moro, algumas ações que estavam sob a responsabilidade de Bretas já haviam sido retiradas das mãos dele pelo STF. Até o final da apuração do processo disciplinar, os casos da Lava Jato fluminense que estavam sob a responsabilidade dele serão conduzidos pela juíza substituta Caroline Vieira.

O juiz fluminense é um dileto aluno da escola de Moro

Fake news em debate

Após anos de terra sem lei nas redes sociais, o governo lançou várias frentes de combate à desinformação e ao discurso de ódio. Há iniciativas no Ministério da Justiça, na Advocacia-Geral da União e na Secretaria de Comunicação, além dos projetos de regulamentação no Congresso. Para discutir se as propostas são as melhores formas de conter a máquina de mentiras, os eventuais riscos à liberdade de expressão e até que ponto as *Big Techs* estão empenhadas em coibir os abusos, *CartaCapital* promove mais um webinar gratuito da série Diálogos Capitais. O evento será transmitido ao vivo, em nosso canal no YouTube, na próxima terça-feira, 7 de março, a partir das 9h30. Entre os palestrantes confirmados, figuram João Brant, secretário de Políticas Digitais da Secom, Alana Rizzo, *head* de políticas públicas do YouTube Brasil, Dario Durigan, *head* do WhatsApp Brasil, e Thiago Tavares, presidente da Safernet. Participe do debate em nosso *chat*.

Lava Jato 2/ GARANTISTA DE OCASIÃO

FLÁVIO BOLSONARO PEDE AFASTAMENTO DE JUIZ POR "AFINIDADE" COM LULA

Ainda se habituando a fazer oposição no Senado, Flávio Bolsonaro solicitou na quarta-feira 1º que o Conselho Nacional de Justiça determine o afastamento do atual relator dos processos da Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba. Segundo o filho Zero Um do ex-presidente, o juiz Eduardo Appio demonstrou "afinidade ideológica" com Lula nas últimas eleições.

Ao longo do ano passado, Appio utilizou como identificação digital no sistema processual da Justiça do Paraná o código LUL22, fato que, segundo Flávio, comprova a "potencial parcialidade do magistrado" e justifica seu afastamento. O juiz confirma a utilização do código eletrônico, mas nega que este tenha relação com Lula ou com a campanha eleitoral. Enquanto aguarda o posicionamento do CNJ, Appio tem retomado as audiências com as testemunhas. O juiz afirma querer dar celeridade aos 250 processos da Lava Jato ainda em tramitação em Curitiba.

Agora, quem diria, ele se preocupa com a imparcialidade judicial

MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO, ILAN PELLENBERG/AGIF/AFP, FERNANDO VIVAS/GOVBA E EB

A Corte exibicionista

SOMENTE NO BRASIL AS SESSÕES DO STF SÃO APRESENTADAS DIARIAMENTE PELA TELEVISÃO. EM PAÍSES DEMOCRÁTICOS DO VELHO MUNDO ATUAM ESCONDIDAS DAS CÂMERAS E DOS OLHOS DA IMPRENSA

por MINO CARTA

Dizia Descartes: "Penso, logo existo". Pensar basta? O sonho insano de quem perdeu a Razão pode indicar que o indivíduo está vivo, mas nem por isso vai dispensar cuidados ou mesmo ser internado no abrigo do doutor Basaglia, inventor de caridosos tratamentos para combater a sua doença. Parece a decisão de um louco, de um demente em estado puro, encaminhar um país inteiro para uma crise econômica fatal. Seria este o Brasil que acata as decisões de um energúmeno demente, transformadas em leis intocáveis?

CartaCapital acredita que leis possam ser boas ou más, iníquas ou benfazejas. Esta a estabelecer a independência do Banco Central, responsável pela elevação dos juros a 13,5% por decisão do seu atual titular, a mando de prévia determinação demencial, como lhe compete, de Jair Bolsonaro. Peço vênia aos leitores para que permitam uma incursão ficcional que passo a executar.

Um marciano formado em jornalismo pela Universidade de Cambridge e Ph.D. pela Universidade de Florença assume a direção do jornal. Logo propõe e a proposta soa aos ouvidos da redação como uma ordem: "Quem vela pelo cumprimento da Constituição é o STF". Lá do fundo um jovem repórter objeta: "O País está sofrendo uma crise provocada pelos maiores juros do mundo". Retruca o diretor: "Somos um país democrático e ao STF cabe decidir até onde deve ir a obediência aos ditames da Carta Magna".

"A gente bem sabe o quanto é leniente a nossa Suprema Corte, acostumada a consagrar qualquer deslize e quanto mais a traição à letra constitucional." "Que democracia é esta no segundo país mais desigual do mundo?", observa gravemente o editor da seção de Política, e o marciano finge uma súbita surdez. Logo acrescenta: "Mesmo assim temos de definir a nossa posição em relação aos juros escorchantes, a crise já começou". O editor de Economia está particularmente excitado: "O País está à beira da falência, mas a solução existe. Basta revogar a lei que garantiu a independência do Banco Central, decidida pelo presidente Jair Bolsonaro".

O jovem repórter, lá do fundo, permite-se interferir: "Mas não concordamos em relação à demência do energúmeno? Além do mais, trata-se de um genocida". "Lei é lei", afirma categoricamente o editor de Política. "Não foi o que disse Stafford Cripps, ministro do Labor Party, depois da vitória contra os conservadores de Churchill." O marciano

quase murmura ao registrar o vagar, a obsessiva lentidão com que decisões são tomadas no País, embora tudo seja submetido a caudalosas investigações.

Só falta constar que as leis no Brasil se fazem para justificar golpes de Estado, como aquele praticado contra Dilma Rousseff. Ou a prisão de Lula, que precipitou a eleição de Bolsonaro, enquanto Sergio Moro e Deltan Dallagnol continuam em liberdade. Ah!, sim, foram eleitos por uma dessas leis destinadas a salvar os vilões no país dos absurdos. A tal ponto que o ex-capitão está à vontade em companhia de Mickey Mouse para anunciar seu retorno ao Brasil no decorrer deste mês de março, para assumir a liderança da oposição.

Turista nos Estados Unidos, Bolsonaro pontifica

Permito-me sair do andamento ficcional para acentuar o absurdo da situação imposta pela traição à Carta de 1988, ocorrida ao cabo dos trabalhos da Constituinte de meio período presidida pelo doutor Ulysses Guimarães. *CartaCapital* não acredita que as leis devam ser respeitadas apenas por serem leis, mas temos razões de sobra para perceber os equívocos sem aprová-los.

A demência bolsonarista é responsável por uma lei de efeitos mortais para o País precipitado em uma situação intocada e intocável. A quantidade de crimes cometidos pelo ex-capitão passa largamente da conta. Autor de uma tentativa de golpe de Estado, genocida do povo Yanomâmi, incentivador do garimpo ilegal e do desmatamento na Amazônia, para abrir caminho a criadores de gado e plantadores de soja na direção da transformação da região em um novo Saara. Foi incapaz de executar políticas de combate a uma pandemia que matou milhares, ao sugerir combater a doença à base de cloroquina, sabidamente uma droga inócua para o caso.

Seus discursos na ONU ofereceram um espetáculo cômico a uma plateia altamente qualificada. Não há motivo plausível para aceitar a presença desta figura desprezível e, além de tudo, conforme foi provado, corrupta até a medula. O que o Brasil espera para livrar-se da herança desta torpe personagem e das suas estripulias? Será necessário chamar o ministro Alexandre de Moraes? •

Bomba acionada

OS JUROS EXORBITANTES FIXADOS PELO BANCO CENTRAL AMEAÇAM DEFLAGRAR UMA CRISE DE CRÉDITO E O NOVO GOVERNO PREPARA SEU ARSENAL PARA NEUTRALIZÁ-LA

por CARLOS DRUMMOND

A possibilidade concreta de o País enfrentar uma crise de crédito talvez seja a tradução mais completa, neste momento, da herança maldita do governo Bolsonaro na economia, submetida à taxa de juros real mais alta do mundo e acorrentada à independência do Banco Central em relação às políticas econômicas de crescimento. O congelamento das emissões de crédito privado, os recordes de empresas sem geração de caixa suficiente para cobrir a despesa financeira, de consumidores inadimplentes e de firmas em recuperação judicial e a multiplicação de mutirões para renegociação de dívidas apontam para o risco de uma explosão. Outra evidência do perigo é a existência de medidas prontas, no governo, para execução caso o problema se agrave. As iniciativas, detalhadas abaixo, podem debelar ou ao menos atenuar uma reação em cadeia,

RENATO LUIZ FERREIRA E ISTOCKPHOTO

Os bancos privados convocam seus correntistas para renegociar dívidas

com possibilidade de contaminar grandes empresas e bancos.

Na quarta-feira 1º, após anunciar a reoneração dos combustíveis, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse esperar que o BC reduza os juros, pois a alta da Selic "tem causado muitos malefícios" para a economia. Até no mercado financeiro a batalha pelo aumento da

JOSEPH STIGLITZ, NOBEL DE ECONOMIA, DIZ QUE O PRESIDENTE LULA ESTÁ "ABSOLUTAMENTE CORRETO" NA ANÁLISE

meta de inflação, iniciada pelo presidente Lula, encontra adeptos, como deixaram claro os principais executivos das instituições de referência Verde Asset, SPX Capital e JGP em evento do BTG Pactual há duas semanas. Em entrevista à BBC, Joseph Stiglitz, Nobel de Economia, disse que Lula está "absolutamente correto" em mostrar preocupação com as altas taxas de juro que enfraquecem a economia e estrangulam as empresas do País.

Transcorridos dois meses de governo, a maior parte das medidas de Brasília tem a missão incontornável de superar a situação caótica herdada no governo anterior, no Orçamento, na economia em geral e no sistema financeiro. A principal diretriz governamental foi encaminhar a economia no sentido de aumentar benesses para os privilegiados e suprimir benefícios para os mais frágeis. Duas decisões foram cruciais para levar o País nessa direção: a lei da independência do Banco Central, sancionada por Bolsonaro em

2021, e a decisão de elevar a taxa de juros para os atuais 13,75% ao ano, em agosto do ano passado, que implicou aumento de 0,25 ponto porcentual sobre os juros anteriores, já excessivamente elevados, completando nada menos que 11 altas consecutivas desse indicador desde agosto de 2020, quando era de 2% ao ano.

Faz parte também das distorções herdadas do governo anterior a transformação estrutural do crédito no País, com aumento da participação privada e redução da parcela pública no conjunto dos financiamentos, que resultou em elevação do risco do sistema e do seu caráter pró-cíclico, isto é, de acentuar o movimento econômico, tanto no rumo do crescimento quanto no do declínio, em vez de funcionar como contrapeso para amortecer exacerbações do mercado e para dinamizar situações de estagnação.

A crise da Lojas Americanas, causada, ao que tudo indica, por problemas de fraude contábil, fez aflorar o esgotamento da resistência de inúmeras outras empresas asfixiadas por dívidas crescentes corrigidas por juros impossíveis de pagar. A possibilidade de que outras empresas tenham recorrido também a malabarismos contábeis semelhantes aos utilizados pela Americanas não é desprezível.

O tombo das ações da Americanas em janeiro, com perda de 90% da cotação em poucos dias, foi seguido pela revelação de problemas com as dívidas de vários grupos dos setores de varejo, serviços e energia. Os bancos foram obrigados a fazer provisões de bilhões de reais, em seus balanços, para perdas com diversos devedores duvidosos. O rombo financeiro da companhia, inicialmente reportado como sendo de 20 bilhões, estaria entre 70 bilhões e 80 bilhões, segundo as aferições mais recentes.

A desconfiança e a resistência cada vez maiores dos bancos credores em renovar os financiamentos levou dezenas de empresas a iniciar processos de renegociação de suas dívidas. A CVC contratou um banco para readequar o perfil da dívida de debêntures. A Oi pediu na Justiça proteção contra credores e anunciou uma possível recuperação judicial. O presidente da Lojas Marisa renunciou em meio a dívidas de quase 600 milhões de reais. Títulos gerados a partir da dívida da Americanas e adquiridos por outras companhias contribuíram para disseminar a crise no mercado de valores mobiliários. É o que mostra o caso da Alpargatas, que provisionou em seu balanço 6,7 milhões de reais relativos aos recebíveis da Americanas no quarto trimestre. Esses são apenas alguns exemplos de uma crise que é mais geral do que se imagina.

Roberto Campos Neto e Paulo Guedes são os principais responsáveis pela lambança que perturba o sono de Lula e Fernando Haddad

A MAIOR PARTE DAS MEDIDAS DE BRASÍLIA BUSCA SUPERAR O CAOS HERDADO DO GOVERNO ANTERIOR NA ECONOMIA

"Não me lembro de ter visto em nenhum momento tantas empresas de grande porte com dificuldades financeiras tão sérias. Por que elas apresentaram problemas de forma quase que simultânea?", indaga Leandro Siqueira, especialista em ações da Spiti Análise de Investimentos. A resposta é o tema mais discutido do momento, a taxa básica de juros muito alta. A derrocada dessas empresas começou em 17 de março de 2021, quando o Comitê de Política Monetária começou a elevar a taxa Selic, que saiu de 2% ao ano, menor patamar da história, para 2,75% ao ano. Foi o primeiro aumento desde 2015, após cinco anos de queda da taxa.

Uma crise de crédito, com travamento generalizado de financiamentos, teria poder suficiente para desencadear uma recessão, alertam vários economistas. É preciso levar em consideração o estado de profunda debilidade em que a economia se encontra, chama atenção o economista José Augusto Gaspar Ruas, professor da Facamp. "Os resultados da in-

HADDAD 2022 E FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

dústria e do comércio, nos últimos meses de 2022 evidenciam uma desaceleração, muito em função do aumento expressivo das taxas de juro ao longo do ano passado”, sublinha.

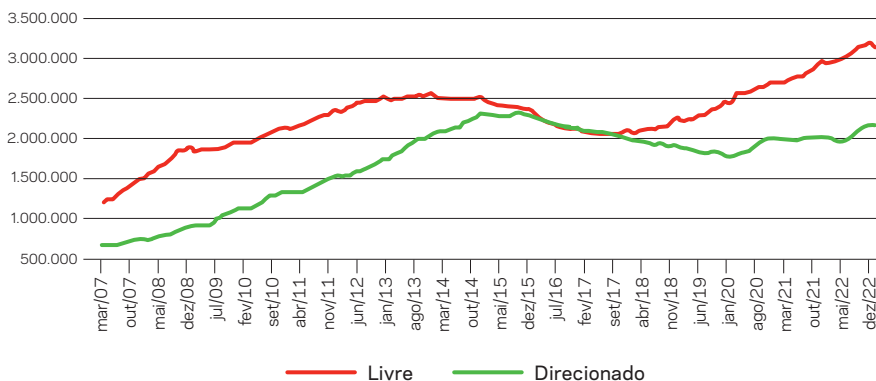
O setor de serviços, acrescenta o economista, teve um resultado expressivo, com crescimento de 8%, mas cabe lembrar que isso se explica principalmente pela retomada das atividades paralisadas ou muito reduzidas durante a pandemia. É um resultado atípico, porque esse crescimento não ocorreu em consequência de um aquecimento da economia, mas por conta de demandas represadas desde 2020 até o segundo semestre do ano passado. Os dados da economia devem mostrar uma alta do PIB em 2022, como preveem o FMI e o BC, mas será mais por um efeito do crescimento do setor de serviços, que foi pontual.

O que se vê, emenda Ruas, são famílias cada vez mais endividadas a taxas de juro altíssimas que afetam muito as vendas dos setores de construção civil e veículos, entre outros. Esse contexto fez com que a apelidada PEC Kamikaze, anunciada em agosto, de 40 bilhões de reais e destinada a aumentar as chances de reeleição do então presidente, não surtisse efeito algum, ou tivesse um impacto pífio, ressalta o economista. Os recursos envolveram o aumento do Auxílio Brasil, auxílio caminhoneiro, auxílio taxista, entre outros benefícios, mas foram contrabalançados negativamente pelo aumento da taxa de juros, a manutenção de uma taxa elevada de desemprego e o crescimento do emprego concentrado em ocupações de má qualidade, com salários muito baixos.

Os efeitos da desarticulação da economia são profundos e variados. “Em relação à atual crise de crédito, a percepção é de que houve uma mudança estrutural, operada com mais ênfase ao longo do governo Bolsonaro, com aumento da importância do crédito privado como proporção do crédito total, nas suas diferentes formas, seja como crédito bancário ou mercado de crédito, venda de debêntures e outros instrumentos de dívida, o que tornou o mercado de crédito mais pró-cíclico”, sublinha o economista Saulo Abouchedid, também professor da Facamp. Ou seja, ele se expande mais no momento de aumento da liquidez, e se contrai mais nas fases de restrição de liquidez, que é quando a taxa de juros se eleva.

A redução da importância do BNDES é uma dimensão desse processo. A expansão do segmento privado incluiu inovações financeiras que potencializam o risco de intensificação dos ciclos. Tanto Ruas quanto Abouchedid acham provável que o governo anterior e o BC tenham

A MUDANÇA ESTRUTURAL DO CRÉDITO FRAGILIZOU A ECONOMIA

Saldo de crédito livre e direcionado (R$ milhões a preços de janeiro/2023)

Observação: o crédito livre é concedido, em grande parte, por bancos privados e o crédito direcionado, principalmente por bancos públicos.

subestimado os efeitos da nova estrutura do sistema de crédito, com maior participação de instituições privadas. Quando o juro caiu de modo muito significativo na pandemia, as empresas se endividaram nesse contexto e foi nessa condição que tiveram de enfrentar a passagem para juros de dois dígitos, que deixou o crédito mais arriscado do que era antes. "O problema da mudança do sistema manifesta-se agora, no momento em que o juro bate no alto e essa inconsistência começa a aparecer", diz Abouchedid.

Empresas como a Americanas, entre outras, se alavancaram, ampliaram o seu balanço em relação ao patrimônio, por meio do crédito, com uso de produtos financeiros relativamente novos, que aumentaram as possibilidades de crédito. O produto mais conhecido é o chamado risco sacado, uma operação de antecipação de recebíveis que, do modo como era manejada pela Americanas, tornou-se "uma engenhosidade para jogar para frente a sua estrutura de dívida, mascarando-a no balanço".

O passo seguinte foi lançar mão de um instrumento comum em outros países, a securitização, que é um mercado de crédito privado. Os bancos começaram a comprar em larga escala os recebíveis das empresas não financeiras, inclusive dos seus fornecedores. Assumiam a cobrança desses saldos a receber, mas emitiam títulos no mercado financeiro, comprados por fundos de investimento e investidores em geral.

Foi o que aconteceu no caso de empresas como a Americanas. Os bancos compravam os recebíveis, portanto, com o objetivo de negociá-los no mercado financeiro e emprestavam sem se preocupar muito com o risco que aquele cliente específico oferecia. A operação consistia em transformar o crédito privado em algo negociável nos mercados de capitais. Isso expande as possibilidades de crédito e é

NÃO É SÓ A LOJAS AMERICANAS. MUITAS EMPRESAS SEGUEM ASFIXIADAS POR JUROS IMPOSSÍVEIS DE PAGAR

importante para a formação de uma bolha de crédito, ressalta Abouchedid. "As empresas são levadas à produção sistemática de práticas contábeis obscuras, porque todo mecanismo de valorização das ações está atrelado ao objetivo de geração de resultados de curto prazo", explica. "No fundo, foi isso que os acionistas bilionários da Americanas fizeram antes na Kraft Heinz, dos EUA. Se alguém conseguir abrir a contabilidade de várias grandes empresas no mundo, encontrará mecanismos semelhantes de antecipação de recebíveis, securitização e outras práticas em muitas delas. Faz parte da estrutura financeirizada das empresas. E quanto mais se avançar no conhecimento da atuação das empresas no Brasil, isso vai aparecer aqui também."

Ruas acrescenta: "Em uma economia como a brasileira, há 40 anos com ciclos muito intensos de crescimento e declínio e uma variação intensa nas taxas básicas de juro, esse problema e essas fragilidades se explicitam muito rapidamente nos momentos de crise".

Várias medidas estão prontas para utilização caso a crise se agrave, segundo fontes do governo. A avaliação é que a crise mais séria e imediata é a da pessoa física, mais do que da pessoa jurídica, que talvez seja um processo em curso. O motivo é que há 70 milhões de pessoas negativadas, o equivalente a 40% da população economicamente ativa. Considera-se absurdo quase metade da população

RENATO LUIZ FERREIRA E CLÁUDIO NEVES/PORTOS DO PARANÁ

adulta marginalizada do sistema de crédito. Impõe-se uma política mais rápida porque 48% dessa negativação ocorreu nos últimos 12 meses, com a disparada da taxa de juros. O programa Desenrola, que busca fazer um saneamento das dívidas dessas pessoas, deverá ser lançado na próxima semana. O Desenrola funcionará com um birô de crédito e uma plataforma do governo onde todas as dívidas

O setor automotivo é um dos mais impactados pela crise do crédito. Aquilo que o governo anterior chama de crescimento em 2022 é fruto do fim das restrições impostas pela pandemia

serão visíveis para todas as instituições financeiras. Acredita-se que essa característica do programa tenha contribuído para desencadear uma corrida de todos os grandes bancos para oferecer programas de renegociação, na tentativa de não perder clientes para a concorrência.

O Pronampe, programa de crédito para capital de giro para empresas, será reeditado por meio de Medida Provisória, com uma nova estrutura. O setor quer um prazo de financiamento maior, de 92 meses para linha de capital de giro, mas a opinião dos técnicos é que, nessas condições, o programa acaba sendo um incentivo inadequado para o devedor, por ficar muito fora do seu ciclo de negócios e o resultado seria um aumento da inadimplência. O governo conversa com bancos, inclusive públicos, sobre os erros e os acertos da versão atual, em busca da estrutura mais adequada.

O Banco Central analisa a possível retomada de uma linha de crédito para os bancos, não para uma compra de carteira, para evitar uma queda abrupta dos preços caso o vendedor coloque os papéis no mercado, mas para dar liquidez aos bancos e ao mercado privado, com um colateral só para garantia, que não seria executado. O governo também pediu para os bancos públicos monitorarem a situação do mercado de crédito para, dentro da política prudencial que cada um, não se produzir uma retração de crédito simplesmente porque se está com receio, sem apoio em fundamentos.

A crise não dá sinais de arrefecimento e pressiona o mercado de títulos privados. Segundo a agência Bloomberg, os títulos corporativos brasileiros foram prejudicados em fevereiro após a divulgação do rombo nas contas da Americanas e isso piorou a situação já complicada das empresas em consequência dos juros altos. Seis dos dez emissores com pior desempenho na América Latina neste mês, chama atenção a agência, são empresas brasileiras. Os títulos denominados em dólar da Gol, da Atento e da Light perderam 25% do seu valor e os papéis da Azul, da Stone e da BRF fecharam com perdas entre 10% e 15%.

A quantidade de dívida corporativa do Brasil em níveis considerados problemáticos, isto é, que rendem, em média, ao menos 10 pontos porcentuais a mais do que os títulos do Tesouro dos EUA, subiu de 9,6 bilhões de dólares em dezembro para 11,9 bilhões, registrou a Bloomberg.

Na segunda-feira 27, o pedido feito pelo Bradesco à Justiça, de interdição dos bens de Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, os acionistas bilionários da Lojas Americanas, devedora do banco, mostrou com nitidez outra faceta da metástase provocada pelo governo Bolsonaro na economia. Trata-se da judicialização generalizada das relações comerciais antes corriqueiras entre bancos e empresas, acompanhada de uma agressividade nunca vista antes nesse âmbito. •

Neoliberal progressista

STF À espera de indicados de Lula, o Supremo fustiga o racismo policial e tem brecha para decidir sobre o aborto

POR ANDRÉ BARROCAL

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, recebeu certa vez em seu gabinete, no governo Bolsonaro, integrantes da cúpula do departamento de jornalismo da Rede Globo. O então presidente ameaçava não renovar a concessão pública. Os globais queriam saber como o Judiciário lidaria com ele. "A culpa é de vocês", reagiu Lewandowski, sobre a chegada do ex-capitão ao poder. A emissora havia apoiado a Lava Jato, responsável pela exclusão de Lula da eleição de 2018 e pela criminalização da política, e deveria, na visão do magistrado, fazer um *mea-culpa*, assim como a mídia cobra autopenitência do PT por "mensalões" e que tais. Consta que seus interlocutores saíram da conversa aturdidos.

Lewandowski está em contagem regressiva para deixar a Corte. A partir de 10 de março, exatos dois meses antes de pendurar a toga por completar 75 anos, não participará mais dos sorteios que definem o ministro que cuidará de um processo. Caberá a Lula indicar o substituto. Lewandowski gostaria de ser ouvido pelo presidente e tem um nome para a vaga, o jurista baiano Manoel Carlos de Almeida Neto, seu ex-auxiliar no comando do STF. Para Lewandowski, o escolhido precisa ter coragem para decidir de acordo com a própria convicção e com a Constituição, sem aceitar pressões. Coragem para peitar a mídia, como a Globo. Ou, quem sabe, para palestrar no MST, como Lewandwoski fez no mês passado.

O nome que Lula indicará é um mistério. "O cenário ainda não está nítido", diz um colaborador do petista. Segundo esta fonte, o presidente está "escaldado" com o Supremo após tudo o que passou na Lava Jato. Segundo outro colaborador, Lula não se deixará influenciar por certas cabeças jurídicas, como ocorreu nas nomeações feitas em seus governos anteriores. Ele tem experiência de Presidência para saber qual a importância do STF, além de ter podido observá-la de fora do poder na Lava Jato e no *impeachment* de Dilma Rousseff. Para o líder petista, segundo este colaborador, a sociedade está atenta e não aceitará uma escolha delegada.

> **Francisco dos Santos Júnior foi preso com 1,5 grama de cocaína. Os PMs admitiram que o abordaram em razão da cor da pele**

Independentemente de quem o presidente mandará para lá, o Supremo, Corte com gosto por julgar a favor de patrões e contra trabalhadores, vide a batalha em torno do piso salarial nacional para enfermeiros, parece disposto a adotar uma agenda social lulista. Por exemplo, o combate ao racismo, conforme um julgamento histórico iniciado na quarta-feira 1º, sobre a "cor da pele" em batidas policiais.

Bauru, cidade do interior paulista, 30 de maio de 2020, 11 da manhã. Os PMs Fábio Luís dos Santos e João Victor de Almeida estão em uma viatura a caminho de uma ocorrência, quando veem um indivíduo, Francisco Cicero dos Santos Júnior, em uma calçada ao lado de um carro. Pela cena, desconfiam que ele vendia droga ao motorista. Ao perceber a chegada deles, Santos Júnior afasta-se do veículo, que parte rapidamente, e joga algo no chão. Os PMs alcançam-no, acham 1,5 grama de cocaína em seus bolsos e o prendem. Seis meses depois, ele foi condenado por tráfico de drogas pela juíza Érica Marcelina Cruz, da 1ª Vara Criminal de Bauru, a 7 anos de prisão. Uma sentença mantida em seguida pela Corte de apelação, o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Humilde, Santos Júnior recorreu à terceira instância através da Defensoria Pública. Seus defensores conseguiram uma liminar do Superior Tribunal de Justiça em abril de 2021. O juiz Sebastião Reis Júnior considerou a pena pesada, diante da "ínfima quantidade de droga apreendida" (palavras dele), baixou-a para dois anos e converteu-a em punição alternativa à prisão. Pela Lei 11.343, de 2006, o

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

Perfil. Para Lewandowski, seu substituto precisa ter coragem de seguir a própria convicção, como ele fez ao visitar o MST

castigo por tráfico vai de 5 a 15 anos de cadeia. Em setembro de 2021, Reis Júnior levou o caso para quatro colegas decidirem sobre a liminar. No julgamento da 6ª Turma do STJ, comentou: "Em dez anos de tribunal, não me lembro de um processo em que a autoridade policial tenha dito, abertamente, que só fez a abordagem do suspeito em razão de sua cor".

Os PMs da batida em Bauru haviam declarado, no auto da prisão em flagrante, que o suspeito era "negro", que tinham visto um indivíduo "negro" em uma cena que parecia de venda de droga. Para Reis Júnior, "a cor da pele foi o fator que primeiramente despertou a atenção do agente de segurança pública, o que não pode ser admitido". Mais: "Se essa cena ocorresse nos Jardins, os policiais certamente não teriam se aproximado e abordado". Jardins é uma região com bairros ditos chiques da capital paulista. A demonstração de racismo policial, prosseguiu o magistrado, era motivo para anular as provas contra Santos Júnior (aquele 1,5 grama de cocaína) e inocentá-lo. Seus colegas de turma concordaram com a redução da pena para dois anos, mas não com a absolvição.

O argumento de Reis Júnior foi usado pelos defensores do réu em um *habeas corpus* pedido ao Supremo. Foi esse caso que a Corte começou a examinar. Nunca o tribunal havia se debruçado sobre o que, no juridiquês, é chamado de "perfilamento racial". Ou seja, o peso da cor da pele por trás da conduta policial. Conduta que torna "suspeitos" 56% dos brasileiros, a proporção de cidadãos autodeclarados negros e pardos. De cada três pessoas no sistema carcerário, duas são negras, informa o *Anuário 2022* do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Há dois anos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos divulgou um relatório sobre o Brasil que diz que as políticas de segurança daqui "usam práticas de perfilamento racial que colocam as pessoas afrodescendentes e residentes de bairros periféricos em maior risco de serem detidas e sofrerem tratamentos arbitrários por agentes policiais".

Edson Fachin, ministro do Supremo que cuida do processo de Santos Júnior, permitiu que no início do julgamento várias entidades antirracistas pudessem opinar e apresentar argumentos como os do parágrafo anterior. A Procuradoria-Geral da República, na voz da "vice-xerife" Lindôra Araújo, foi contra absolver o acusado. "O STF não pode transformar crime de tráfico em racismo", argumentou Lindôra. "Se entender que é racismo, vai ter de soltar todos os presos de tráfico."

Fachin leria seu voto na tarde da quinta-feira 2, horas após a conclusão desta reportagem. Por tudo o que tem feito no Supremo, era provável que fosse a favor de anular as provas contra Santos Júnior.

Se a aposta se confirmasse e cinco, dos outros dez togados supremos, o seguissem, estaria criado um precedente para réus negros reivindicarem tratamento igual. Fachin tem tentado ser uma barreira aos excessos policiais contra negros e pobres, e mostra isso em uma ação movida em 2019, pelo PSB, contra a violência policial em favelas do Rio de Janeiro. Em dezembro passado, ele ordenou ao estado que use câmeras na farda de PMs, como medida inibidora da letalidade policial. Em 16 de fevereiro, houve audiência de conciliação no Supremo sobre a determinação. O Rio tem cerca de 25 mil câmeras, mas não quer usá-las. A polícia não aceita.

O uso de câmeras em fardas policiais foi testado pela primeira vez em São Paulo, em 2020. É um tema que mostra proximidade entre o governo e o Supremo. O ministro da Justiça, Flávio Dino, é a favor. Seu secretário de Acesso à Justiça, Marivaldo de Castro Pereira, diz ter sido "uma decisão histórica" a de Fachin no caso do Rio e que apoiará estados dispostos a empregar tais câmeras. Segundo ele, em breve as três polícias ligadas ao Ministério (a Federal, a Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança) adotarão a prática. "A câmera colabora para inibir o preconceito racial da polícia e, também, para proteger a vida do policial, pois inibe o comportamento violento de quem é abordado", afirma. "Quando há uma morte nessas ações policiais, sempre é uma mãe negra chorando (a do PM ou a do abordado)."

Na terça-feira 8, o Supremo julgará outro caso em que há alinhamento com o governo. É uma ação de 2013 sobre militares que cometerem crimes contra civis em operações de Garantia da Lei e da Ordem. O tribunal decidirá se esses militares devem ser julgados na Justiça Militar, como é hoje, ou na comum. O julgamento havia começado no plenário virtual do Supremo, aquele que ocorre longe das sessões transmitidas pela TV Justiça, e o placar estava 5 a 2 a favor de ficar tudo como está. O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, conversou com a presidente do Supremo, Rosa Weber, e pediu que o processo fosse decidido no plenário, para que houvesse visibilidade. Ela topou.

> **Rosa Weber pode deixar um voto histórico pela descriminalização do aborto antes de se aposentar**

Polícia. Pereira celebra o voto de Fachin por câmeras nas fardas

ISAAC AMORIM/MJSP E SARA SULAMITA/MST

Rosa Weber é outra que se aposentará este ano. Será em outubro. Em Brasília, há quem aposte que até lá a juíza colocará em pauta um dos assuntos mais polêmicos na Corte: a descriminalização do aborto. A ação foi movida em 2017 pelo PSOL contra punições previstas no Código Penal para a mulher que se submete à interrupção da gravidez e para quem faz a cirurgia nela. O caso ficou aos cuidados da ministra, que é a favor de descriminalizar, se a cirurgia ocorrer até a 12ª semana de gravidez, parâmetro comum no mundo. Votou assim em 2016, em um *habeas corpus* de umas pessoas acusadas no Rio de terem ajudado mulheres a abortar.

A ministra promoveu, em agosto de 2018, audiências públicas sobre a descriminalização, e a maioria dos participantes (selecionados por ela) era a favor. A ação ficou adormecida no governo Bolsonaro. Ao assumir o comando do tribunal, em setembro de 2022, guardou-a consigo. Quem está à frente da Corte costuma distribuir seus processos aos colegas. Rosa Weber segurou ainda aquele do "orçamento secreto", e o STF proibiu o mecanismo em dezembro. Uma recente mudança no regimento da Corte limitou a 60 dias o tempo para um ministro manter interrompido um julgamento por pedido de vistas. Se a ministra pautar o aborto até a sua aposentadoria, deixará seu voto na história. O tribunal levaria no máximo dois anos para uma decisão final, na hipótese extrema de todos os demais ministros pedirem vistas. O período de dois anos compreende a presidência de Luís Roberto Barroso, que também é a favor da descriminalização e foi o ideólogo da absolvição, em 2016, daqueles acusados no Rio. •

Porta de saída

ENTREVISTA O novo Bolsa Família não visa apenas a superação da fome, mas também a retomada do crescimento econômico, afirma Wellington Dias

Vinte anos após sua criação, o programa Bolsa Família está sendo relançado. Um dos carros-chefes do governo Lula, o programa de transferência de renda começa a oferecer o adicional de 150 reais por criança até 6 anos de idade a partir de março, além dos 600 reais que vem pagando. Além do acréscimo prometido na campanha eleitoral do ano passado, o Bolsa Família volta a ser a base do Cadastro Único, o CadÚnico, que foi totalmente reformulado e abrange outros 30 programas sociais. Na entrevista a seguir, o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, fala do novo formato do Bolsa Família, das irregularidades encontradas na versão anterior do programa, o Auxílio Brasil, e do esforço do governo Lula para erradicar a fome no Brasil. A entrevista completa, concedida à repórter **Fabíola Mendonça**, pode ser conferida no canal de *CartaCapital* no YouTube.

CartaCapital: Depois de ter sido desfigurado no governo Bolsonaro, o Bolsa Família é relançado por Lula. O que o programa traz de novidade?

Wellington Dias: Bolsonaro transformou o auxílio emergencial em um programa de transferência de renda, mas o Bolsa Família não se resume a isso. Ele abriga um conjunto de políticas para tirar o Brasil do mapa da fome, tendo a ciência como base. Nos últimos anos, a insegurança alimentar voltou. São mais de 30 milhões de brasileiros que não conseguem fazer três refeições por dia. Em 2021, quase 3 mil bebês foram internados por desnutrição. Vimos recentemente a dramática situação dos Yanomâmis. Infelizmente, é a realidade de muitos brasileiros. Agora, retomamos as políticas de assistência social, em parceria com os municípios, e o diálogo com movimentos sociais.

CC: Desde a transição, o governo tenta mapear a situação do Bolsa Família pelo CadÚnico. O que vocês encontraram nesse pente-fino?

WD: Claramente, tivemos o uso eleitoreiro do Auxílio Brasil. Encontramos a previsão de apenas 600 milhões de reais para o cofinanciamento da rede de assistência social em todos os municípios. É claro que esse dinheiro não daria. Com a emenda da transição, iniciamos o ano com 2,2 bilhões de reais, um recurso que permite a atualização do cadastro e o acompanhamento de cada família por milhares de profissionais em todo o Brasil. Encontramos situações de pessoas que tiveram o seu cadastramento feito por aplicativo sem filtro, sem controle, sem critério, sem obedecer às regras. Pessoas que ganham oito, nove salários mínimos, até mais que isso, e recebiam os 600 reais destinados aos mais pobres, que por vezes continuavam na fila. Uma perversidade. Agora, estamos retomando o novo Bolsa Família com 600 mil famílias que preenchem os requisitos e estavam passando fome, num dar a mão a quem verdadeiramente precisa. Além disso, vamos garantir que quem não tem direito seja bloqueado, desligado, para poder cumprir a regra e a lei. Já tem uma apuração por parte do Ministério Público Federal, aquilo que for crime será tratado como crime. O Cadastro Único atualizado, revisado, é uma base segura, eficiente para todas as políticas sociais do Brasil.

> “Ninguém quer viver na pobreza. As pessoas querem uma oportunidade”

CC: Quais são os critérios para fazer parte desse Cadastro Único?

WD: Queremos chegar a famílias em que a renda por pessoa seja igual ou inferior a meio salário mínimo. Temos um olhar especial para quem está na pobreza extrema, com renda de até 226 reais por pessoa. Hoje, no Cadastro Único, temos cerca de 90 milhões de brasileiros, mas nem todos preenchem os requisitos e sairão, para que outros possam entrar. Estamos falando de 55 milhões de beneficiários diretos do Bolsa Família. Trabalhamos com os ministérios do Trabalho, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Indústria e Comércio, com parceiros do setor privado e organizações internacionais, com várias áreas da sociedade. Voltaremos a ter uma rede de proteção aos mais pobres. É esse o compromisso do presidente Lula.

CC: O novo Bolsa Família tem fôlego para erradicar a fome no Brasil?

WD: Vamos até 2026, com medições feitas pelo Ipea, pelo IBGE, pela FAO, o braço das Nações Unidas para a alimentação, para garantir que o Brasil saia do mapa da fome

O programa voltou a calcular o valor do benefício conforme o tamanho das famílias, explica o ministro

WANEZZA SOARES

novamente. Há, porém, um objetivo ainda melhor, integrado à política econômica liderada pelo ministro Fernando Haddad. Queremos que o Brasil retome um crescimento forte na economia, gerando emprego, renda, ampliando a classe média. Em 2014, 54% da população era economicamente ativa, e perdemos isso. Agora é hora de voltar ao eixo, de reconstruir o País para que a gente tenha uma economia forte. Quero trabalhar o social, mas integrado com o econômico e o ambiental.

CC: O novo Bolsa Família vai oferecer 600 reais por família e mais 150 reais por criança abaixo de 6 anos. Tem limite de filhos?

WD: Todas as crianças de até 6 anos que estiverem no cadastro vão receber. Da mesma forma, tem um complemento para a gestante, para adolescentes, crianças acima de 7 anos, no valor de 50 reais. Aquela família de dez pessoas, mesmo que todos tenham mais de 18 anos, vai receber um valor *per capita*, em vez daqueles 600 reais. O novo Bolsa Família leva em conta o tamanho da família, garante as condições de complementação da renda para que essas pessoas saiam da extrema pobreza, quebrando um ciclo. Ninguém quer viver na pobreza. As pessoas querem uma oportunidade. Sabemos que a educação é o grande alicerce, mas também tendo uma oportunidade para o emprego, para o empreendedorismo, proporciona uma vida melhor.

CC: Quais são as outras prioridades do ministério?

WD: Trabalhamos com 31 programas sociais. Vamos ter um olhar especial para a população indígena, para viabilizar as condições de qualidade de vida, respeitando as tradições, os costumes, e buscando qualidade de vida. Da mesma forma, a população ribeirinha, da floresta, quilombola, em situação de rua, das periferias. É um grande desafio. Por isso mesmo não trabalhamos sozinhos, mas de forma integrada para alcançarmos grandes resultados. •

O papel do MP

ANÁLISE A Constituição fundou um novo Ministério Público, mas não deferiu aos seus integrantes a tutela dos brasileiros

POR ANTONIO CARLOS BIGONHA*

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, após o cumprimento de 580 dias de prisão sem sentença penal transitada em julgado, em um processo que foi ao cabo declarado nulo pelo STF, e os desdobramentos econômicos e políticos da denominada Operação Lava Jato impõem, por si sós, uma reflexão sobre o papel do Ministério Púbico nos últimos anos.

É oportuno recordar que o Ministério Público foi redesenhado pela Constituinte de 1987 para ser uma espécie de *ombudsman* contra os excessos cometidos pela ditadura que vigeu por duas décadas, a partir de 1964. Nesse período é digna de nota a atuação da Polícia Federal na estruturação dos denominados DOI-Codis, aparelhos oficiais arbitrários destinados a perseguir, capturar e torturar ativistas políticos contrários ao regime de exceção. Não se trata aqui apenas de tecer uma entre tantas outras narrativas possíveis a respeito da sombra que se abateu sobre a sociedade brasileira após o golpe militar, mas de fatos históricos fartamente comprovados.

A redemocratização do País, conquistada pela sociedade civil na década de 1980, trouxe consigo a forte consciência de que a atividade persecutória não poderia seguir subordinada integralmente ao Poder Executivo e obedecer a uma lógica militar, de repressão ao inimigo, como ocorrera com a polícia política: daí a importância de submetê-la ao controle de um órgão do próprio Sistema de Justiça, no caso, ao Ministério Público. Os trabalhos da Constituinte de 1987 foram palco de fortes embates entre as entidades de classe dos delegados de polícia e integrantes do MP e prevaleceu o estabelecimento do controle externo a que alude o artigo 129 da Constituição. Para o desempenho da honrosa função, o Ministério Público passou por grande transformação. Foram-lhe conferidas as garantias funcionais da Magistratura. Embora já disciplinadas pela Lei Complementar 40, de 1981, a inamovibilidade, a irredutibilidade de vencimentos e a vitaliciedade ganharam nova estatura para a defesa dos direitos humanos.

O novo perfil constitucional do MP não teve por objetivo conferir mais poderes acusatórios à instituição. Durante a ditadura, os antigos promotores públicos, procuradores da República e procuradores da Justiça haviam desempenhado ordinariamente suas atribuições, se não colaborando com a repressão, ao menos atuando nos processos penais instaurados contra ativistas políticos, à semelhança do que ocorrera com tantas outras instituições do Estado. Há um comovente relato, nesse sentido, do imortal Darcy Ribeiro em suas *Confissões*, no qual descreve sua indignação pela visita periódica de um procurador da República ao seu cárcere, para interrogá-lo, quando o que esperava é que um integrante do MP ali comparecesse para libertá-lo da injusta prisão e não para denunciá-lo. O MP foi, de longe, a grande novidade da Constituição de 1988. O Poder Judiciário não passou por esse processo de renovação durante o período constituin-

Por não serem eleitos, procuradores e promotores não representam a soberania popular

ANTONIO AUGUSTO/PGR

te: dormiu servindo à ditadura e acordou a serviço da democracia. A Constituição fundou um novo Ministério Público, sem precedentes no Brasil e no mundo. Parafraseando Ingeborg Maus, uma espécie de superego do próprio Estado. Mas isto não deferiu aos integrantes do MP a tutela dos brasileiros.

O Ministério Público Federal foi, entre seus congêneres, o que mais se renovou no processo constituinte. Deixou de fazer a defesa da União, atribuição que acumulava com o ofício criminal e cível, e que tomava a maior parte de sua força de trabalho. Com a instalação da Advocacia-Geral da União, incumbida exclusivamente da defesa do governo, abriu-se, no ano de 1993, uma nova oportunidade de atuação para os procuradores da República no campo dos direitos difusos e coletivos. A grande atração da carreira, na nova ordem constitucional, eram os direitos de segunda geração, de atribuição dos ofícios cíveis. E o maior contingente do MPF, logo após a instalação da AGU, em 1993, migrou para esses ofícios: patrimônio cultural, meio ambiente, defesa das populações indígenas, consumidor, patrimônio público e combate à improbidade administrativa.

Há um bordão que é repetido quase como um mantra em congressos de promotores e procuradores, de que o Ministério Público seria um agente de emancipação da sociedade brasileira. Um elemento de indução e fortalecimento da cidadania. Uma perspectiva paternalista que padece, ao menos, de dois males: o primeiro é o da arrogância, por acreditar que a sociedade civil vive ainda algum tipo de minoridade e que uma instituição do Estado poderia conduzi-la ao bom caminho, algo que se assemelharia à regência trina de D. Pedro II. O segundo decorre de um vício de legitimidade, pois os integrantes do MP, porque não são eleitos, não representam a soberania popular e, por conseguinte, não falam em nome ou agem politicamente em nome da sociedade brasileira. Essa tutela já estaria, desde o seu nascedouro, impregnada por um déficit democrático.

Paternalismo. A visão de que o MP seria um agente da emancipação da sociedade é arrogante e carece de legitimidade

Ora, em uma sociedade livre são os próprios cidadãos que se conferem os direitos fundamentais, na medida em que

são autores e destinatários de todo o ordenamento jurídico. Na teoria constitucional moderna, essa circularidade se expressa por meio da fórmula "todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido". Isto se realiza segundo normas jurídicas que são legitimadas porque emanadas de um Parlamento eleito pelo povo e porque realizam o projeto político de efetivação dos direitos fundamentais. Este é aspecto muito relevante porque estabelece uma matriz de legitimação secular do poder que é, concomitantemente, a própria expressão da laicidade do Estado: como todo o poder emana do povo, e não de Deus, as garantias fundamentais são também um construto humano e não metafísico. Em síntese, não são uma expressão religiosa ou mística. E o poder do povo manifesta-se nas eleições, no exercício do direito ao voto que confere mandato aos parlamentares nos três níveis da federação, bem como aos prefeitos, governadores e ao presidente da República.

Incumbe a todos os poderes do Estado, eleitos ou não eleitos, zelar pelo efetivo respeito aos direitos fundamentais, pois são eles a fonte primária de legitimação de todo o ordenamento jurídico, como expressão primeira da soberania popular. O Poder Executivo não pode estabelecer formas de discriminação na prestação dos serviços públicos que violem esses direitos. O Poder Legislativo não pode aprovar leis que suprimam ou restrinjam o seu pleno exercício. O Poder Judiciário deve respeitá-los, como a pedra angular de suas decisões, e intervir para declarar a nulidade das leis que os afrontem.

Historicamente, observa-se que é no exercício do seu poder persecutório e punitivo que o Estado revela suas mais profundas distorções. A primeira delas é acreditar que a persecução penal, para ser efetiva, deve relativizar as garantias fundamentais, sob pena de não ter potência para deter o avanço da criminalidade. As garantias fundamentais, segundo essa perspectiva, deveriam servir a um pragmatismo judiciário. Em nosso sistema jurídico, como sabemos, cabe aos juízes, em última instância, como mediadores dos conflitos de interesses, a tutela dos direitos humanos.

O MP tornou-se uma polícia com poderes superlativos, realizando operações persecutórias no Brasil e no exterior

A segunda distorção consiste em integrar os próprios integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público no aparelho persecutório. Nesse contexto, aos membros do MP e aos juízes seria esten-

Regras. Os deputados constituintes não deram poderes absolutos ao MPF. Os procuradores devem fazer o exercício da acusação dentro dos limites da lei

ARQUIVO/SENADO FEDERAL E HEULER ANDREY/AFP

dido o compromisso de combater e reprimir a criminalidade, típico da atividade policial, inerente ao Poder Executivo. Neste novo contexto, juízes e promotores, que deveriam zelar pela realização da persecução penal e pelo exercício da acusação e da punição dentro dos limites da lei, passariam a integrar o próprio aparelho repressivo estatal.

É neste contexto que o Ministério Público de 1988, que fora refundado como o guardião dos direitos humanos, voltou a perseguir sistematicamente a condenação tal qual faziam os antigos promotores públicos, em uma cruzada contra a corrupção e a impunidade. Uma agenda na qual os direitos humanos foram colocados como obstáculos para a produção de resultados midiáticos e para o sucesso de suas forças-tarefas. Nesse sentido, durante as primeiras décadas dos anos 2000 foram promulgadas leis de combate à corrupção e ao crime organizado para a relativização dos direitos humanos e o fortalecimento do aparato persecutório do Estado. Este novo marco regulatório reacendeu no MP o antigo vetor punitivista: alguém que fala pela sociedade contra alguém que está à margem da sociedade e não alguém que faz a mediação humanitária entre o aparelho persecutório policial e o sistema judicial punitivo.

O Ministério Público, mediante a assunção integral de poderes investigatórios, na área cível e criminal, inclusive pela propriedade de um "guardião", renunciou ao seu papel de *ombudsman* para tornar-se uma polícia com poderes superlativos, realizando operações persecutórias, no Brasil e no exterior, ao lado da própria Polícia Federal. Esta é que deveria controlar externamente por um imperativo histórico e por dever constitucional.

Estamos de volta ao golpe de 1964, quando se deu a legitimação da intervenção militar sobre o poder civil sob o argumento do combate à corrupção, mesmo que o custo fosse a aniquilação dos direitos fundamentais: o estado de exceção que vigeu por 21 anos. O Ministério Público, concebido para ser o guardião das garantias fundamentais e da cidadania, une-se às instituições que deveria controlar e fiscalizar e, mesmo que de boa-fé, assume o protagonismo do sistema persecutório. As forças-tarefas, integradas por policiais, autoridades fazendárias, procuradores e até mesmo juízes adquirem grande desenvoltura, atuando na cooperação internacional, segundo relatos da imprensa, à margem do Ministério da Justiça.

Como alerta o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a promoção dessas agendas não pode ser dissociada de uma estratégia de guerra híbrida para a manutenção dos interesses do capitalismo central, como forma de desestabilizar qualquer governo hostil, mesmo que democrático, nas nações periféricas. Então não é mais necessário buscar respostas do porquê da prisão arbitrária de um dos maiores líderes populares de todos os tempos, no cumprimento de uma sentença criminal nula e ilegal, ou do desmonte da política energética brasileira e da exposição da Petrobras à execração internacional, com a privatização do pré-sal.

No momento em que o mundo volta novamente os olhos para o Brasil, quer pela crise humanitária que assola o povo Yanomâmi, quer pela necessidade de preservar a floresta, quer pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, o caminho a trilhar pelo Ministério Público para retornar à sua vocação democrática, embora não seja fácil, está claro. O pacto político de 1987 persiste legítimo e continua hígido. Sem descurar da titularidade da ação penal pública, é hora de a instituição concentrar seus esforços na promoção de uma agenda social e ambiental que contemple os direitos humanos em todas as suas dimensões e que faça jus ao protagonismo do Brasil no concerto das nações. •

**Subprocurador-geral da República.*

Agora vai?

JUSTIÇA Com a PF nas investigações, familiares e amigos de Marielle Franco renovam as esperanças de descobrir quem mandou matar a vereadora

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Desejada pela maioria dos brasileiros, a mudança de rumo nas políticas públicas do País após a troca de Bolsonaro por Lula, ainda que lenta, começa a mostrar resultados nas áreas econômica, social, científica e ambiental. No Ministério da Justiça, a saída do agora preso Anderson Torres e a chegada de Flávio Dino, com imediatos reflexos na Polícia Federal, faz com que novos ares cerquem também as investigações sobre o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Com repercussão mundial e mais importante crime político da história recente do Brasil, o atentado completará cinco anos em 14 de março sem maiores avanços na identificação de seus mandantes.

Apesar da prisão, em 2019, dos executores Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, ainda não julgados, as investigações até aqui foram marcadas por acusações de interferência externa e por quatro trocas em seu comando promovidas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. Como pano de fundo, a sensação – quase certeza – dos familiares e das entidades da sociedade civil de que não havia vontade política em nível federal ou estadual para responder a uma das perguntas mais repetidas pelos brasileiros em meia década: quem mandou matar Marielle e Anderson?

Sem a interferência de Bolsonaro e com a determinação de Dino, a resposta sobre os mandantes do crime ao menos será buscada. A pedido do ministro, a PF abriu um "inquérito auxiliar" para contribuir com as investigações, atualmente conduzidas pela Polícia Civil do Rio sem colaboração federal. O objetivo é buscar fatos novos: "A PF vai apurar todas as circunstâncias já identificadas que envolveram a prática do crime, além de outras que porventura forem constatadas no curso da investigação", diz o despacho do MJ. Dino afirmou que o governo "fará o máximo para desvendar esse crime".

Em sua posse, o ministro prometeu à colega Anielle Franco, irmã de Marielle e ministra da Igualdade Racial, que descobrir os mandantes do assassinato é uma "questão de honra". O inquérito é um primeiro passo rumo à federalização total do caso, também prometida por Dino, e se ampara em uma lei aprovada no governo FHC que permite a atuação da PF em casos de repercussão internacional.

> O inquérito auxiliar é um primeiro passo rumo à federalização total do processo

"A fala do ministro nos anima e dá esperança. Trata-se de um assassinato que abalou a nossa democracia e é inadmissível que o Estado brasileiro continue sem identificar os mandantes", diz a vereadora Monica Benicio, do PSOL do Rio, viúva de Marielle. Ela diz ter recobrado seu otimismo quanto à solução do caso. "Os novos ares na PF nos animam no sentido de que seja conduzida uma investigação com imparcialidade. Até agora, só o

Barreira. A polícia fluminense chegou apenas aos executores do crime, Élcio Queiroz e Ronnie Lessa, este último vizinho de Bolsonaro na Barra da Tijuca

MARCELO THEOBALD/O GLOBO, PABLO JACOBO/O GLOBO E DHC/PCERJ

que a gente tem de fato é a prisão do Lessa e do Queiroz, que nem sequer foram levados a julgamento.” Assessora de Marielle que por um triz escapou da morte no atentado contra o carro em que estavam, a jornalista Fernanda Chaves qualifica como “um sopro de esperança” o comprometimento de Dino: “Sobretudo, se o comparamos ao tratamento dado ao caso no governo anterior, que não só menosprezava as apurações como estimulava *fake news* e discursos de ódio contra Marielle”.

Curiosamente, a federalização do caso foi proposta em 2020 pelo próprio Bolsonaro, logo depois de um porteiro do condomínio onde o ex-presidente morava no Rio ter relatado a presença de Lessa no local. A diferença é que, naquele momento, levar o caso à esfera federal poderia prejudicar as investigações de maneira definitiva: “Eu era contra federalizar com aquele governo e aquelas pessoas que estavam aqui. Agora sou a favor”, resume Anielle Franco. Benicio lembra que as famílias avaliaram que não era um bom momento para a federalização. “Até porque Bolsonaro, como denunciado na época pelo ministro demissionário Sergio Moro, tinha tentado intervir na Polícia Federal e chegou a mandar a polícia interrogar Lessa.

Palavra empenhada. Dino prometeu à colega Anielle Franco, irmã de Marielle, esclarecer de vez o duplo homicídio

REDES SOCIAIS E ISAAC AMORIM/MJSP

Pra gente, uma PF a serviço do Bolsonaro não tinha em nada a colaborar com as investigações." Com a oposição de parte da sociedade e em nome de um suposto "excelente trabalho" realizado pelas autoridades fluminenses, o pedido de federalização do caso feito pela Procuradoria-Geral da República foi rejeitado em 2020 pela ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça.

Na verdade, para os que ansiavam saber quem mandou matar Marielle, foram anos entre a cruz e a caldeirinha. Se em nível federal não dava para confiar na imparcialidade do governo Bolsonaro, a situação não era diferente quanto à condução das investigações pela Polícia Civil e o MP estadual. No primeiro ano de inquérito, as coisas pareciam caminhar até o momento da identificação dos dois executores. Os desdobramentos das investigações tiveram reflexo no combate ao crime organizado através da Operação Intocáveis, realizada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado, o Gaeco. A ação culminou na prisão de diversos milicianos e na identificação do ex-policial militar e matador de aluguel Adriano da Nóbrega e seu "Escritório do Crime" como possíveis elos com a execução de Marielle. Testemunha-chave, Nóbrega foi morto em uma operação da PM da Bahia em fevereiro de 2020 sem jamais ter prestado depoimento sobre o caso.

Não foi só a morte de Nóbrega que atrapalhou as investigações. Em julho de 2021, em uma inesperada reviravolta que foi definida na época como "um soco no estômago" pela hoje ministra Anielle, as promotoras Simone Sibilio e Letícia Emile, à frente do caso e artífices das prisões de Lessa e Queiroz, decidiram abandonar o comando das investigações após denunciarem "interferências externas" ao seu trabalho. A saída aconteceu após a viúva de Nóbrega, Júlia Lotufo, ter feito à revelia das promotoras um acordo de delação premiada no qual passaria "novas informações sobre a morte de Marielle". Semanas depois, o depoimento de Lotufo foi descartado pelo Gaeco por conter "muitas inconsistências", mas Sibilio e Emile jamais retornaram ao caso e fogem da imprensa desde então.

"Às vésperas de um Tribunal do Júri, as promotoras tiveram de deixar o caso, alegaram vazamento e interferência. De lá para cá, absolutamente nada de novo aconteceu, nem o julgamento dos executores. É um absurdo. Trocaram a promotoria já por três vezes, uma meia dúzia de delegados, e nada. Isso justifica o deslocamento da investigação para o âmbito federal", avalia Fernanda Chaves. A viúva Monica Benicio, por sua vez, aponta a saída das promotoras como "o momento mais dramático" em todos esses anos de investigação frustrada. "Tínhamos um diálogo constante com o MP através das promotoras, que estavam sempre apresentando as pequenas evoluções. Fazíamos reuniões mensais, onde elas apresentavam o andamento da investigação. Quando vieram a público dizer que estavam pedindo para sair do caso de forma voluntária porque poderia haver influências externas sobre o trabalho, foi muito desesperador."

A parlamentar questiona: "É por incompetência do aparelho de Estado que não se chegou aos mandantes do crime ou há fatos políticos que impedem que essa resposta seja revelada?" Para embasar sua

dúvida, ela menciona um episódio ocorrido em 14 de março do ano passado. "Pedimos que o governador Cláudio Castro recebesse as famílias da Marielle e do Anderson, além de entidades como a Anistia Internacional e a Justiça Global, entre outras. Quando o governador nos recebeu, estava lá o secretário de Segurança Pública, delegado Allan Turnowski, falando que tínhamos de confiar na palavra dele de que todos os esforços estavam sendo feitos para a elucidação do caso. Depois se descobriu que esse mesmo sujeito, em trocas de mensagens, celebrou o assassinato da Marielle, perguntando onde iria ser o churrasco para comemorar".

Preso em setembro do ano passado por ligações com o bicheiro Fernando Iggnácio, assassinado em novembro de 2020, Turnowski, segundo o inquérito, tinha em Ronnie Lessa um de seus informantes e aliados na guerra entre seu "patrão" e o também bicheiro Rogério Andrade pelo espólio de máquinas caça-níqueis

Encontrar os mandantes do crime é "questão de honra", diz Flávio Dino

do histórico *capo* carioca Castor de Andrade. Com os novos rumos da investigação sobre o caso Marielle, o ex-delegado deverá ser ouvido pela PF. Já Castro, aliado de Bolsonaro e também suspeito de envolvimento com milicianos – embora recentemente enamorado pelo governo Lula –, promete ajudar Dino a elucidar o crime: "Embora fôssemos de partidos opostos, Marielle era minha colega na Câmara. Sempre defendi que a resposta ao assassinato dela precisa ser dada à família e à sociedade", diz o governador.

O responsável pelo novo inquérito federal é o recém-nomeado superintendente da PF no Rio, delegado Leandro Almada. Ele tem familiaridade com o caso, pois comandou a operação que desmontou uma das tentativas de atrapalhar as investigações quando o policial militar Rodrigo Jorge Ferreira, conhecido como Ferreirinha, apontou o miliciano Orlando de Araújo, o Orlando Curicica, e o então vereador Marcello Siciliano como mandantes do assassinato. A farsa foi mantida como "linha principal de investigação" pelas autoridades fluminenses por sete preciosos meses, até ser desmascarada por Almada. Procurado por *CartaCapital*, o delegado disse que "ainda está chegando" e prefere não falar agora.

Para os envolvidos diretamente na perda de Marielle e Anderson, a longa espera é sinônimo de sofrimento. "Meia década sem que se tenha feito justiça é muito tempo. Foram cinco anos muito difíceis, ainda mais com a pandemia e um governo genocida no meio", diz Fernanda Chaves. Embora tenha passado tanto tempo, acrescenta a sobrevivente, o evento ainda tem implicações cotidianas na sua família: "Quando não se sabe de onde vem o ataque, você não sabe do que se proteger. E isso traduz muito minha perspectiva enquanto sobrevivente. Mas também a perspectiva de uma cidadã brasileira, pois esse crime precisa ser esclarecido pra que a gente possa restabelecer a confiança no Estado Democrático de Direito".

Monica Benicio também se emociona: "Eu falo de um lugar de inconformidade como cidadã e parlamentar, mas também de um lugar de desespero enquanto viúva. Há cinco anos a dor da perda da minha companheira me atravessa diariamente e eu faço uma contagem diária em busca de justiça sem que ela chegue. Nada trará a Marielle e o Anderson de volta, mas a dor se acentua a cada dia que essa resposta não nos é entregue. Não só a dor das famílias, mas também a dor da sociedade brasileira". •

Bolsonaros. O clã tentou interferir na investigação e espalhou *fake news* sobre Marielle

Não há como remendar

ENSINO MÉDIO Especialistas e educadores pressionam o governo Lula para revogar a excludente reforma de Michel Temer

POR FABÍOLA MENDONÇA

Fruto de uma Medida Provisória publicada no primeiro ano do governo de Michel Temer, o surfista do golpe de 2016, a reforma do Ensino Médio volta ao debate público. As mudanças começaram a ser implantadas por etapas a partir de 2019, dois anos após o texto ser convertido na Lei 13.415/17, e passou a ser obrigatória desde o ano passado, a começar pelos alunos do primeiro ano. A introdução do novo modelo prossegue, agora, com os estudantes do primeiro e do segundo ano e, em 2024, terá de ser concluída, abrangendo os terceiranistas que se preparam para prestar o Enem, principal porta de acesso ao ensino superior público.

Desde o primeiro momento, o novo Ensino Médio sofre resistência por parte de pesquisadores, alunos e professores, que acusam a reforma de ser excludente. A justificativa é de que o modelo vai acentuar ainda mais as desigualdades no País, devido às enormes desvantagens das escolas públicas em relação às particulares na viabilização da proposta. É com esse argumento que numerosas organizações da sociedade civil pressionam o Ministério da Educação para revogar a medida.

"Esse novo Ensino Médio foi instituído por uma MP precária, então ele pode ser revogado pelo mesmo instrumento, desde que essa seja a vontade do Ministério da Educação. Além disso, já existe um projeto em tramitação na Câmara, da deputada Alice Portugal, e pretendemos apresentar um novo em termos semelhantes para ampliar a pressão pública pela revogação", explica o deputado federal Glauber Braga, do PSOL, a liderar um movimento com mais de 300 mil assinaturas pedindo a anulação da reforma de Temer. Na avaliação do parlamentar, o atual modelo só interessa ao setor privado. "Vai estabelecer um sistema voltado exclusivamente para os interesses do mercado, com foco na profissionalização precarizada", diz, acrescentando que o novo Ensino Médio dificulta o acesso dos pobres à universidade pública.

A reforma de Temer divide o currículo escolar em duas partes, uma comum a todos os alunos e que envolve praticamente matemática e português, e outra denominada de itinerário formativo, com conteúdos subjetivos. Cada escola monta a sua própria grade curricular e o aluno escolhe o que lhe for mais atrativo. Com esse formato foram criadas cinco áreas de conhecimento: Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e ensino técnico profissionalizante. Segundo a socióloga Ana Paula Corti, professora do Instituto Federal de São Paulo e integrante da Rede de Escola Pública e Universidade de São Paulo (Repu), os itinerários formativos geram uma formação segmentada e desigual entre as escolas, com diferenças gritantes entre um estado e outro. "Você não teria mais aquela base comum para os estudantes. Quando você fala em educação básica, você está falando de algo que é essencial para todos, e não é isso que acontece no novo Ensino Médio", explica Corti.

> Para os críticos, o modelo aprofunda as desigualdades entre escolas públicas e privadas e também nas redes de ensino

Antes da reforma, havia 2,4 mil horas na grade dos três anos do Ensino Médio. Agora, são 1,8 mil horas para as disciplinas obrigatórias e outras 1,2 mil para os itinerários formativos, o que totalizaria 3 mil horas. "Como a reforma não tem um investimento financeiro, promete resolver os problemas do ensino a partir de um rearranjo curricular, mas isso não funcionará na prática. Se você vai promover uma diversificação de currículo e criar disciplinas novas, precisa contratar mais professores. As escolas terão de oferecer itinerários com base na estrutura atual. Ao cabo devem oferecer o mínimo previsto em lei, porque não têm equipes suficientes para ofertar o cardápio de disciplinas", salienta a socióloga, ressaltando que as escolas maiores, que atendem os estratos econômicos mais elevados, acabam oferecendo um número superior de itinerários e o aluno fica com mais liberdade de escolha do que aquele com menor nível socioeconômico. "Essa segrega-

Contraste. Com a atual estrutura, as escolas públicas não têm condições de oferecer as disciplinas eletivas previstas no novo Ensino Médio. É uma realidade completamente distinta da rede particular, que pôde absorver com tranquilidade as mudanças no currículo

ARQUIVO/MDS E KELVIN CHAN

ção dentro de uma mesma rede de ensino fará com que a desigualdade aumente."

Nesse rearranjo, disciplinas que promovem o senso crítico do aluno, como história, filosofia e sociologia, deixam de ser obrigatórias, o que tem estimulado as escolas a fazerem uma grande redução na carga horária desses conteúdos. Se na rede pública de ensino é perceptível a diferença entre escolas com mais e com menos estrutura, a disparidade entre as instituições públicas e privadas é ainda maior. "Essa reforma do Ensino Médio é fruto do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff. Jamais teria sido aprovada em qualquer cenário de tramitação legislativa em um período democrático normal. Na prática, cria várias alternativas de reduzir custos com a educação, em especial com os professores. É uma reforma que precisa ser revogada com urgência. A geração que hoje está na escola será punida por um Ensino Médio de baixíssima qualidade, que atua contra o pensamento crítico e vai impactar no acesso às universidades. E isso é cruel demais", destaca Daniel Cara, cientista político e pesquisador da USP.

Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, a CNTE, ressalta o caráter autoritário da reforma. Ele lembra que a comunidade escolar não foi consultada e cobra do atual governo a revogação da lei e o início de um novo debate para definir as diretrizes de um Ensino Médio que atenda às demandas de alunos, professores e gestores da educação, considerando as necessidades da rede pública de ensino. Ao ressaltar o caráter excludente da reforma de Temer, Araújo cita a evasão escolar, quando muitos alunos abandonam os estudos para trabalhar e ajudar na renda familiar. Dados de 2022 divulgadas pelo MEC mostram que o número de matrículas realizadas no ensino médio em 2022 foi 5,3% menor que no ano anterior. O sindicalista critica a equipe que compõe o Ministério da

O total de matrículas no Ensino Médio em 2022 foi 5,3% menor que no ano anterior

Educação, a maioria formada por empresários da educação que defendem o novo Ensino Médio, dentre eles representantes da Fundação Lemann, do empresário Jorge Paulo Lemann.

"O ministro Camilo Santana e sua equipe estão acompanhando a reforma com base apenas na nota do Ideb, que só avalia matemática, português e a taxa de aprovação. Não leva em consideração os outros aspectos da escola, não tem um olhar social mais amplo", critica Araújo. "O novo Ensino Médio está provocando o abandono de muitos alunos já no primeiro ano de implantação, com o aumento da carga horária. É a destruição dessa juventude. Na escola privada isso não acontece." De fato, a reforma praticamente não foi sentida pelos alunos das escolas particulares. Isso poque a grade das disciplinas foi mantida e os conteúdos ofertados dentro do itinerário formativo são uma espécie de reforço das matérias que constam na grade obrigatória, ampliando a chance de aprendizagem dos estudantes.

"Achei bem interessante a especificidade que vai passar a ser cobrada, uma vez que cada estudante terá de se aprofundar em sua área de desejo profissional. Ainda mais quando o Enem aponta para o implante de questões discursivas da área de cada estudante, o que reduz a responsabilidade de dominar muitos assuntos que não têm relação direta com o curso que o vestibulando quer seguir", opina Pablo Kaly, estudante do primeiro ano do Ensino Médio de uma escola particular em Pernambuco. "Mas acho que a democratização do acesso ainda é um problema muito grave, até porque diversas escolas públicas não possuem estrutura suficiente", completa. Na escola em que

Influência. Izolda Cela e Camilo Santana não deixam às claras o plano do governo. Lemann continua a pontificar sobre os rumos da educação brasileira

MILKEN INSTITUTE E LUIS FORTES/MEC

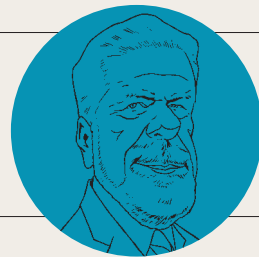
Pablo estuda, a oferta de itinerário formativo vai desde química olímpica, passando por biologia prática, linguística olímpica, fotografia e história da arte, além de diferentes laboratórios que auxiliam no aprendizado. Pablo, que participou recentemente da Olimpíada de Simulação da ONU, escolheu entre as opções de itinerários formativos as eletivas de biologia prática e laboratório de física, opções que, em geral, não são oferecidas na rede pública, como é o caso do Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, no Paraná.

"Depois da reforma do Ensino Médio, o que vimos foram diversas matérias serem tiradas da grade curricular. No segundo ano não tem física e a carga horária de sociologia, artes e filosofia foi diminuída. Matérias extremamente importantes, que fazem as pessoas pensarem, são tiradas da grade curricular e são colocadas matérias como robótica e planejamento de vida, pensamento computacional, sem a menor estrutura para apresentar essas matérias", destaca Luiz Miguel Reis Mazza, concluinte do colégio Padre Arnaldo Jansen e membro do grêmio escolar. "Queremos uma reforma do Ensino Médio, porém deve ser uma reforma de qualidade. A escola pública tem uma função social, de formar cidadãos e nos preparar para a vida profissional."

Bem diferente do que acontece no colégio de Pablo, nas escolas públicas o itinerário formativo é composto de conteúdos que vão desde empreendedorismo até disciplinas nada convencionais, como "brigadeiro caseiro", "confecção de almofadas" ou ainda "o que rola por aí". Na Escola Estadual de Ensino Médio Jardim América, em Capão do Leão, no Rio Grande do Sul, por exemplo, foram ofertadas aos alunos do primeiro ano as disciplinas "Projeto de Vida", "Cultura e Tecnologias Digitais" e "Mundo do Trabalho". Dentre as ofertas para o segundo ano estão "Corpo e Movimento", "Estrutura e Funcionamento da Máquina Humana" e "Gestão e Políticas Públicas", cujos conteúdos não estão inseridos no programa do Enem e, portanto, não são passaporte para ingresso na universidade.

"Ainda não há como dimensionar perdas no longo prazo. Agora, a principal delas é não oportunizar um conhecimento integral. Com a enorme redução nas disciplinas das ciências humanas, deixamos de oportunizar conhecimentos em que os estudantes possam discutir e compreender o mundo em que vivem e a sociedade em que estão inseridos", avalia Guilherme Bourscheid, professor da Escola Jardim América e dirigente da CNTE. "A redução de conteúdos aprofunda as desigualdades e cria um abismo entre a educação pública da classe trabalhadora e a educação privada da classe dominante", completa.

Citada com frequência pelos críticos da reforma como grande entusiasta da reforma do Ensino Médio, a ONG Todos pela Educação defende a manutenção do modelo, mas reconhece falhas e aponta a necessidade de ajustes. A entidade acusa o governo Bolsonaro de não ter assumido a coordenação da implantação do projeto, deixando os estados à deriva para implantarem o novo Ensino Médio de maneira heterogênea, e cita também a dificuldade imposta pela pandemia de Covid-19. Dentre as alternativas propostas pelo Todos pela Educação está a criação de uma grade de referência nacional na oferta dos itinerários formativos e o limite de até 20% de educação a distância (EAD). "Urge que o MEC organize um diagnóstico preciso e completo da atual situação a partir do diálogo com as redes, com os profissionais da educação e estudantes", defende Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo do Todos pela Educação. Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação não se manifestou sobre o assunto. •

JAQUES WAGNER
Líder do governo no Senado, foi governador da Bahia e ministro do Trabalho, da Defesa e da Casa Civil

De volta à cena

▶ Com o retorno de Lula, as relações bilaterais do Brasil estão sendo refundadas e grandes áreas de cooperação se descortinam para nós

O novo governo Lula acaba de entrar no seu terceiro mês, mas a certeza da chegada de dias melhores por aqui parece ser um consenso na comunidade internacional. Aos poucos, a imagem arranhada e aquela posição de total isolamento que a gestão anterior colocou o nosso país, felizmente, estão ficando para trás. A vitória de Lula criou as condições necessárias para que nossas relações bilaterais sejam refundadas e para que grandes áreas de cooperação se descortinem.

Na verdade, esse sentimento de retorno do Brasil havia começado a se desenhar mesmo antes do início oficial desta caminhada. Em novembro passado, logo após o resultado das urnas, Lula aceitou o convite para participar da COP-27, a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, no Egito. Naquela ocasião, disse ao mundo em alto e bom som: "O Brasil voltou". E fez questão de pontuar que o país estava pronto para se juntar novamente aos esforços para "a construção de um planeta mais saudável, de um mundo mais justo, capaz de acolher com dignidade a totalidade de seus habitantes, e não apenas uma minoria privilegiada".

No mesmo sentido, em recente viagem aos EUA, ocasião em que tive a honra de acompanhá-lo, Lula aproveitou a agenda com Joe Biden para reafirmarem que o fortalecimento da democracia, o combate à desinformação, a promoção dos direitos humanos e o enfrentamento da crise climática figuram no centro da agenda das duas nações.

O encontro marcou também a entrada dos EUA no rol de financiadores do Fundo Amazônia, que após ficar congelado na gestão anterior, está plenamente reativado para receber investimentos com o objetivo de preservarmos a maior floresta tropical do mundo.

Com o propósito de definir novos rumos para nossa política externa, Lula deve cumprir pelo menos uma agenda internacional por mês. Seu próximo destino será a China, a nossa principal parceira comercial. Em abril, ele deve ir a Portugal, na sua primeira visita ao continente europeu depois de eleito. E no segundo semestre, em setembro, Lula estará de volta à Assembleia Geral da ONU para fazer o discurso de abertura do evento, prerrogativa dada ao Brasil desde 1947.

Lula deve ainda participar da próxima reunião do G7, que acontecerá na cidade de Hiroshima, no Japão, durante o mês de maio. O convite deve ser formalizado em breve e ele será o convidado de honra numa mesa de negociações composta pelos países mais industrializados do mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Além disso, a partir de 1º de dezembro deste ano, o Brasil assume a presidência rotativa do G20, o principal grupo da governança econômica internacional e que reúne as maiores economias desenvolvidas e emergentes. Sem dúvida, uma oportunidade valiosa para que o Brasil consiga consolidar definitivamente seu protagonismo global.

Lula não tem deixado dúvidas de que a questão ambiental será tratada com máxima prioridade e que não medirá esforços para preparar o Brasil para ingressar na chamada 4ª Revolução Industrial, que estará totalmente baseada numa economia verde e numa indústria ecologicamente responsável. Desse modo, o novo governo não quer apenas conservar, mas desenvolver bases sustentáveis, com investimentos produtivos e inovadores. Para isso, é fundamental que o Brasil lidere a construção de um pacto ecológico que assente o desenvolvimento do país em novas formas de produção e consumo, capazes de gerar emprego, renda e bem-estar coletivo.

Essa liderança positiva do Brasil não se resume, porém, à agenda ambiental. No campo estratégico da integração regional, vital para a projeção dos interesses brasileiros no exterior, Lula reconstruiu as relações bilaterais com a Argentina, bastante enfraquecidas no governo anterior. Isso permitiu resgatar o protagonismo brasileiro no Mercosul, bloco que fora muito debilitado pelo descaso da administração passada. Ao mesmo tempo, o Brasil retomou instâncias estratégicas da integração regional soberana, como a Celac, a Unasul e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Esta última é, por sinal, fundamental para articular os países amazônicos na defesa da floresta.

É notório que, mesmo em tão pouco tempo, já recuperamos o prestígio internacional que havíamos perdido nos últimos anos, mas queremos ir além. Queremos fazer com que a experiência do Brasil inspire outros países e contribua para a solução dos principais problemas mundiais. Hoje, além de ventos favoráveis, temos também a melhor liderança e a certeza de que estamos no caminho certo. A hora, portanto, é de caminhar. •

sen.jaqueswagner@senado.leg.br

BAPTISTÃO

MARCOS COIMBRA
Sociólogo e diretor do Instituto Vox Populi

Navegando sem bússola

▶ **Para que monitorar os níveis de popularidade e avaliação positiva de um candidato se, na hora de votar, os eleitores vão ignorá-los?**

Saímos da eleição perplexos, com a sensação de não entender o País. O Brasil havia se tornado incompreensível, com uma sociedade e uma vida política inexplicáveis. Nos dois primeiros meses de 2023, as coisas pioraram. Nem tanto pelo que vimos em 8 de janeiro, mas pelo que não vimos. Alguns dias depois da irrupção de toda aquela estupidez estávamos de volta à "normalidade" dos últimos anos. Nem sequer uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada para manter em pauta a discussão. A mesma que não foi criada para apurar a responsabilidade pelo massacre do povo Yanomâmi, uma oportunidade de nos fazer pensar no país que queremos ser. Através dos dois silêncios, é como se reconhecêssemos que estamos onde a eleição mostrou, à beira da barbárie, sempre em risco de nos perder por dentro dela.

Está claro que o mais assustador no resultado do pleito foi a quantidade e a distribuição dos votos que o capitão recebeu. Quase a metade do eleitorado o preferiu, sendo majoritária na parte mais rica e desenvolvida do País. Considerando quem é Bolsonaro, sua trajetória política e o que foram os quatro anos em que esteve à frente do governo, a eleição brasileira foi mais surpreendente do que qualquer outra no mundo de hoje. Por piores que sejam personagens como Donald Trump, Boris Johnson e Narendra Modi, para ficar apenas nos principais expoentes da direita internacional, nenhum é tão ruim, no plano moral e intelectual, tão incompetente e cafajeste quanto o brasileiro. Para piorar, alguém que se apresentou como candidato de si mesmo, enquanto os outros disputaram eleições como representantes de grandes e tradicionais partidos.

O voto dado a Bolsonaro é a radicalização de um modo de votar no qual são irrelevantes a biografia, os atributos e o desempenho dos candidatos. Ao contrário do que ensina o bê-á-bá da política e do consagrado no senso comum, metade do eleitorado brasileiro escolheu um representante sabidamente desqualificado e incapaz de realizar uma administração adequada, como o capitão demostrou ao longo do período em que esteve sentado na cadeira de presidente. Se escolhê-lo podia ser desculpado em 2018, foi irracional insistir em seu nome na eleição seguinte ou preferi-lo a qualquer outro.

A irracionalidade que vimos na eleição, expressa no vasto contingente que mostrou querer a continuidade do que sabia ser um governo medíocre ou mau (precariamente justificado por seus eleitores mediante desculpas como a pandemia e a "perseguição" que teria sofrido das "elites"), é um problema complicado para Lula. Desde quando resolveu ser candidato, o presidente apostou que recuperaria o lugar que merecia na opinião pública, a aprovação e avaliação positiva que tinha antes de sofrer o ataque sem tréguas desfechado contra ele e o PT, capitaneado pela indústria da comunicação, que o levou à prisão. Estava convencido de que conseguiria voltar a fazer um bom governo, capaz de melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais necessitadas. Trabalharia com gente de bem, tinha boas propostas e imaginava que seria julgado na comparação com o caos herdado da gangue que saía.

É certo que seus eleitores irão aprová-lo, mas é incerto que o eleitorado do capitão consiga (ou queira) ver algum avanço no volume e na qualidade da ação do governo. Ao contrário, é possível que considere que tudo está igual (senão pior) e que eventuais melhoras resultem da "herança bendita" do antecessor. De um lado, dado o estado calamitoso em que Lula recebeu o governo, ampliou-se o prazo para que mudanças positivas sejam perceptíveis. De outro, não há motivo para confiar na racionalidade de quem se mostrou tão pouco racional.

Não foi apenas no Brasil que o conceito de aprovação do governo perdeu relevância na vida política, como vimos em eleições recentes mundo afora. Se quase a metade do eleitorado votou em um candidato que havia se revelado um presidente ruim ou péssimo, que importância tem o desempenho objetivo de um governante como critério de escolha eleitoral? Para que monitorar seus níveis de popularidade e avaliação positiva se, na hora de votar, os eleitores vão ignorá-los?

No ano que vem, teremos eleições para prefeito e vereador e, em mais três, eleições gerais. Fora verdades banais e obviedades, ninguém sabe o que o Brasil pensa e como chegaremos a elas. Só sabemos que (quase) tudo que considerávamos conhecido está posto em dúvida. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Resgate bem-vindo

SAÚDE Após o desmonte promovido por Bolsonaro, o programa Mais Médicos é relançado pela ministra Nísia Trindade

POR MARIANA SERAFINI

A crise humanitária do povo Yanomâmi levou a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a antecipar o retorno do Mais Médicos, destinado a prover profissionais de saúde nas regiões mais desassistidas do País. Bastou o governo anunciar o envio de 14 médicos para cuidar da população indígena em Roraima para o bolsonarizado Conselho Federal de Medicina, o mesmo que fechou os olhos para o uso de drogas ineficazes contra a Covid-19 e depois criou obstáculos para comprovadas terapias à base de *cannabis*, renovar a oposição ao programa. Em comunicado, a entidade promete tomar "providências imediatas" para recorrer da decisão judicial que autorizou a extensão de contratos de intercambistas.

Diante da oportunidade de colaborar para a resolução da falta de assistência médica em áreas remotas do Brasil, o CFM optou por repetir o erro de anos atrás, quando insuflou a categoria para resistir à vinda de profissionais estrangeiros para reforçar o atendimento à população. Em 2013, uma turba de jalecos brancos chegou a vaiar e chamar de "escravos" os médicos cubanos que desembarcavam no aeroporto de Fortaleza. Um gesto vexaminoso e incompreensível, pois desde o primeiro momento o programa deu preferência à contratação de brasileiros. Os intercambistas só eram chamados para os locais onde os nativos se recusavam a ir.

Em apenas um ano, o Mais Médicos conseguiu levar mais de 14 mil profissionais a 3.785 municípios e 34 distritos indígenas. O governo Dilma Rousseff autorizou, ainda, a criação de 39 novos cursos de Medicina em 11 estados, a fim de reduzir a dependência de estrangeiros. A despeito do êxito da iniciativa, Jair Bolsonaro fez questão de destruir o programa. Além de cortar recursos e não dar continuidade aos editais de contratação, o capitão provocou uma desnecessária crise diplomática com Cuba, que resultou na saída de milhares de médicos cubanos que atuavam, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste do País. O Mais Médicos mudou de nome, mas não chegou a ser extinto oficialmente. Apenas foi abandonado e tornou-se inexpressivo, mesmo diante da crise sanitária na pandemia de Covid-19.

Um dos profissionais brasileiros que atenderam ao primeiro chamado, em 2013, foi o médico Odarlone Orente, especialista em Saúde da Família e Comu-

> O governo enviou 14 médicos para oferecer assistência ao povo Yanomâmi

Recomeço. Os primeiros contratados irão atender os indígenas em Roraima, mas a ideia é suprir a falta de profissionais em todos os municípios brasileiros

nidade. Formado pela Escola Latino-Americana de Medicina de Cuba, ele revalidou o diploma muito antes de imaginar que o Mais Médicos seria criado. Atualmente, é o supervisor do programa em Apucarana, no interior do Paraná, onde lidera uma equipe de nove médicos, dos quais apenas uma é estrangeira, vinda do Equador. Orente atravessou toda a crise causada por Bolsonaro. Viu o programa esvair-se e muitos colegas irem embora. Ainda assim, conseguiu segurar as pontas para não deixar que a região onde atua ficasse desassistida. "É impressionante a capacidade do programa de levar profissionais para áreas muito remotas do País. Talvez por isso Bolsonaro não teve coragem de acabar de uma vez com o Mais Médicos, mas ele foi paulatinamente cortando recursos, não renovou os editais, dispensou supervisores e passou a atrasar o pagamento das bolsas."

O médico explica que a escola cubana trabalha com foco na medicina preventiva, mas isso não impede que os profissionais tenham uma formação para tratar doenças de alta complexidade. "O diferencial é que, ao se preocupar em manter a população saudável, mesmo quando não há uma doença instalada, o cuidado tende a ser mais próximo." Orente, que fez residência médica em Fortaleza, avalia que a formação em Cuba o tornou mais sensível a questões que por vezes passam despercebidas. "A gente tem o cuidado de saber quais são as frutas da estação, por exemplo. Não basta eu dizer a um paciente diabético que ele deve comer fruta. Se eu souber o que ele tem disponível em casa, e indicar as frutas mais baratas, com certeza o tratamento será recebido de outra forma."

A ministra Trindade explica que a retomada do Mais Médicos só foi possível com a aprovação da Emenda da Transição, que recompôs o orçamento de programas esvaziados pelo governo anterior. "A ideia é reapresentarmos o projeto com incentivo, qualificação e formação. Nós temos uma Lei do Mais Médicos e vamos nos basear nela. Vamos estudar formas de maior incentivo aos médicos formados no Brasil, essa é a prioridade", adiantou, em recente entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura. Para dar a largada, em janeiro o Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que o governo federal recontratasse os médicos cubanos da 20ª turma, que tiveram seus contratos suspensos em 2018.

FERNANDO FRAZÃO/ABR E REDES SOCIAIS

Na avaliação do ex-ministro José Gomes Temporão, Bolsonaro deixou "um mar de problemas" e será preciso reconstruir a saúde brasileira, um trabalho para muitas mãos. "É preciso resgatar o papel de liderança do Ministério da Saúde na condução da Política Nacional da Saúde, reconstruir o pacto federativo, ou seja, trabalhar em conjunto com estados e municípios, porque isso se perdeu no governo passado", avalia o médico sanitarista, hoje pesquisador da Fiocruz. "O Mais Médicos insere-se nesse contexto porque chega a cerca de 360 municípios no interior, além das periferias das regiões metropolitanas, que estão sem assistência médica."

Temporão defende ainda a ampliação do programa. "Na verdade, o Mais Médicos carece de uma visão mais ampla para incluir outros profissionais de saúde, porque o médico sozinho faz pouca coisa, então seria interessante incluir enfermeiros, farmacêuticos, odontólogos, psicólogos e outros profissionais que são centrais", sugere. "O programa mostrou que a presença de profissionais da saúde nas regiões mais longínquas reduziu a mortalidade, melhorou a qualidade de vida e trouxe mais segurança às famílias. É estratégico no resgate da saúde pública."

O bolsonarizado Conselho Federal de Medicina renova a oposição ao exitoso programa

Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, vinculada à Fiocruz, Maria Helena Machado vê com bons olhos a retomada do Mais Médicos, mas alerta que a desassistência de saúde é estrutural em diversas regiões do País. "A saída dos médicos estrangeiros foi um problema que abalou muito uma estrutura muito carente. Claro que não é um programa que vai resolver todo o problema, mas o Mais Médicos mudou a realidade de localidades completamente desassistidas."

Para Machado, que também atua na Associação Brasileira de Saúde Coletiva, o programa representou "um alívio emergencial", mas é necessário pensar em soluções permanentes. "Cabe ao Estado afirmar que o SUS é um patrimônio da nação, e uma forma de fazer isso é estabelecer políticas capazes de manter o profissional protegido, com salário digno e carreira que dê a ele condições de optar por trabalhar no sistema público."

Apesar do enfraquecimento do Mais Médicos, muitos profissionais, inclusive cubanos, permaneceram no País. É o caso da médica Marucha Chávez González, especialista em Saúde da Família e Comunidade, que trabalha em Apucarana desde 2014. Formada em 2003, ela já havia trabalhado em missões internacionais no Haiti e na Guatemala e garante que os critérios do programa brasileiro são muito rigorosos. "Nós tínhamos de ter uma longa experiência profissional. Passamos por muitas etapas preparatórias em Cuba até que pudéssemos vir para o Brasil. Espalharam, porém, muitas *fake news* sobre o Mais Médicos. É mentira, por exemplo, que os médicos eram todos novatos. Eu realmente espero que, com a retomada do programa, as coisas aconteçam de um jeito diferente."

A doutora González diz ter sido bem recebida tanto pela comunidade médica quanto pela população de Apucarana. "As pessoas notam que o nosso atendimento é diferente. Em Cuba, a formação é muito olho no olho, e nós trazemos isso para o Brasil. No meu consultório, a cadeira do paciente fica ao lado da minha, e não do outro lado da mesa. A consulta não é feita com pressa, eu pergunto como está a vida da pessoa, as relações familiares, porque tudo isso influencia no quadro de saúde."

A cubana gostou da cidade para onde foi enviada, criou vínculos, constituiu família e decidiu não voltar a Cuba quando o programa parou de receber recursos. "Foi um erro interromper o Mais Médicos. O baque na saúde foi imediato, os indicadores atestam isso." González continua clinicando porque revalidou o diploma. Hoje, ela trabalha tanto em Unidades Básicas de Saúde quanto no sistema particular. •

Vexame. Em 2013, os médicos brasileiros hostilizaram os colegas cubanos

JARBAS OLIVEIRA/FOLHAPRESS

CÉLIA XAKRIABÁ
Professora e primeira deputada federal indígena eleita por Minas Gerais

Em pele de cordeiro

▶ A comissão externa do Senado para monitorar a crise humanitária do povo Yanomâmi visa, na verdade, defender o garimpo. Temos o dever de denunciar os seus propósitos escusos

Há quatro anos, nós, indígenas, somos vítimas do bolsonarismo, do garimpo, do agronegócio e de todo o projeto ecocida que se instaurou em nosso país. Estamos em luta e denunciando a violência que nos atinge desde sempre em nosso maior palco, que é o chão da luta. Agora, com os holofotes voltados para a crise humanitária Yanomâmi, mais pessoas podem ver os crimes que devastam os nossos territórios. As saídas são o combate ao garimpo ilegal e a demarcação dos territórios. Temos certeza de que políticas públicas eficazes serão implementadas com a chegada do nosso novo e ancestral Ministério dos Povos Indígenas.

Mesmo com a mudança de governo, as investigações pelas omissões e pelo descaso do antigo presidente e seus aliados, a luta continua. Há ainda os que querem criar mecanismos institucionais em defesa dos garimpeiros. O maior exemplo é a criação da Comissão Externa Yanomâmi no Senado Federal. Iniciativa de três deputados aliados do garimpo em Roraima e presidida pelo senador Chico Rodrigues, ela pode significar uma apuração que não prioriza os direitos dos povos indígenas. Como deputada indígena, fui chamada a participar como convidada e sem poder de voto. Aceitei por acreditar na importância de fazer frente ao discurso do garimpo, mas isso não anula a disputa instaurada sobre a pauta. Pergunto-me a quem interessa a não apuração dos crimes cometidos.

Um exemplo do risco que essa comissão representa foi um documento enviado pelo senador presidente e seus aliados à Procuradoria-Geral da República e a ministros do governo Lula, solicitando que os garimpeiros eventualmente flagrados dentro do território Yanomâmi não respondam a processos criminais. Pior, os parlamentares pedem para as autoridades "resgatarem" os "trabalhadores" que estão retidos em áreas de garimpo. O outro absurdo foi a visita feita no território sem debate prévio na Comissão ou qualquer articulação com o Ministério dos Povos Indígenas, Funai e órgãos que estão atuando na região.

Uma das nossas primeiras ações, logo no primeiro mês de mandato, foi o pedido de criação de uma comissão externa na Câmara dos Deputados para apurar a situação Yanomâmi. Bastou colocar o tema na pauta para haver obstrução por parte dos deputados do PL. Esta, sim, uma comissão com representação indígena e com parlamentares que estão comprometidos em investigar, apurar e combater o garimpo, resguardando a integridade do território. São os que tentam apagar os rastros dos crimes cometidos que obstruem esse debate. Quem não se sensibiliza com crianças passando fome e mulheres estupradas perdeu o senso de humanidade.

Há uma disputa em curso, mas a resistência continua. Tanto do lado de dentro do Congresso quanto do lado de fora. Nesta semana, o Conselho Indígena de Roraima pediu o afastamento do senador Chico Rodrigues da presidência da comissão. Enquanto isso, em Brasília, seguimos pressionando para que a Comissão Externa da Câmara entre em pauta e seja instaurada.

Sempre tenho feito o mesmo apelo na Câmara dos Deputados e deixo ele aqui para toda a sociedade: o que mais é preciso para que as pessoas se sensibilizem com o que acontece com os povos indígenas? Estão nos matando, nos violentando, nos estuprando. Se isso não é motivo suficiente para fazer da pauta indígena uma urgência para todas e todos, o que seria? Resistimos desde 1500, mas é preciso também que todas as pessoas entendam que somos a saída número 1 para barrar as mudanças climáticas e salvar o planeta. Estamos falando de todas e todos, da água que chega em nossas casas, do fim de tragédias como a causada pelas chuvas no Litoral Norte de São Paulo. Estamos falando do nosso planeta. Os mesmos que nos atacam são os que levam veneno para a comida que vocês consomem em casa. O plano de ecocídio não é apenas para os povos indígenas.

Se temos as tecnologias ancestrais para fazer diferente, por que nos matar? Não temos planeta B e a hora de salvar a humanidade é agora. O primeiro passo é olhar para as tragédias em nossos territórios, olhar para o meio ambiente e pressionar para que as disputas institucionais não acabem com a vitória do garimpo. Este é também um convite a vocês para subir no palco da nossa luta. É do planalto para o planeta. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Fumaça bilionária

TheObserver A prefeitura de Nova York fecha o cerco contra os revendedores não autorizados de *cannabis* na cidade

POR EDWARD HELMORE

Sejamos claros: "Não fume nas praças" é a mensagem que foi colocada em torno da Times Square após a recente legalização da *cannabis* que, segundo alguns, transformou Nova York em um lugar onde fumar maconha está liberado para todos. A legislação também desencadeou um *boom* de cultivo no interior do estado, que produziu 135 toneladas de maconha, avaliadas em 750 milhões de dólares, logo na primeira colheita. Até agora, apenas um punhado de dispensários licenciados pelo estado foi aberto, um complemento para centenas de lojas de vaporizadores que também vendem a erva, serviços de entrega em domicílio mais tradicionais e aqueles que apregoam seus produtos em parques e esquinas.

Com o odor de *cannabis* por toda Nova York, o prefeito Eric Adams está empenhado em redobrar os esforços para reprimir os distribuidores não licenciados, invadindo dezenas de lojas, confiscando produtos e aplicando multas. Em um caso, um ônibus escolar reformado que vendia maconha perto da balsa de Rockaway Beach chegou a ser apreendido.

Há muito dinheiro em jogo. Em março de 2022, os estados que legalizaram a maconha somaram um total de 11,2 bilhões de dólares em receita tributária de vendas legais do produto para uso adulto. Nacionalmente, o mercado legal de *cannabis* pode chegar a US$ 66 bilhões até 2025. "Temos que nos concentrar nesse negócio", afirma Adams, preocupado com a expansão de lojas ilegais, que oferecem produtos de *cannabis* não regulamentados e não testados e têm atraído menores de idade. "Não podemos permitir que as pessoas zombem do nosso sistema."

Esse "sistema" é projetado para promover a justiça social, mas os críticos dizem que o mercado legal está sobrecarregado com uma burocracia de autoriza-

> Em 2022, os estados que legalizaram a maconha relataram uma arrecadação tributária superior a 11 bilhões de dólares

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 46

Filipinas. Patologista forense revela o verdadeiro preço da guerra às drogas de Duterte

Controle. O prefeito Eric Adams intensificou a fiscalização das lojas

ções, licenças, impostos e regulamentos que, apesar da possibilidade de prisão e apreensão, dificilmente perturba o antigo comércio ilegal. Segundo as regras elaboradas pelo antecessor de Adams, Bill de Blasio, o Escritório de Gestão da *Cannabis* de Nova York favorece produtores e dispensários administrados por membros de comunidades afetadas por décadas de proibição, um período de um século que a União Americana de Liberdades Civis descreve como uma "guerra racista".

"Nos últimos 30 anos, os nova-iorquinos negros tiveram 15 vezes maior probabilidade de ser presos por maconha do que os brancos", diz o conselho de gestão. "Para os latinos, era oito vezes mais provável." Assim, diz o órgão, a maioria das licenças anunciadas até o momento foi concedida a empresários negros. Nova York licenciou, porém, muito mais fazendas do que dispensários, criando um estoque de produto não vendido.

Na Hudson Cannabis, Melany Dobson tem 1.215 quilos de brotos colhidos e empilhados sobre o telhado em recipientes aguardando a certificação de um dos cinco laboratórios de teste estaduais. Com o valor de mercado de 670 dólares o quilo

ED REED/PREFEITURA DE NEW YORK E ISTOCKPHOTO

Burocracia. A regulação do cultivo de maconha é bem mais simples que a imposta aos locais de venda da erva

no atacado, seu estoque vale 800 mil. Mas os preços no atacado em Nova York estão caindo, assim como em outros estados, onde muitos produtores fecharam as portas, e o governo federal está paralisado por divergências políticas sobre a legalização total.

Dobson, de 30 anos, é funcionária de Abby Rockefeller, que também administra a leiteria de Churchtown, cujas vacas têm estábulos com seus nomes. Rockefeller, descendente do barão do petróleo John D., disse que seu principal interesse é a regeneração natural do solo – e descobriu-se que o cânhamo e a *cannabis* são eficazes nesse esforço. A Hudson Cannabis está licenciada para produzir 4 mil metros quadrados de flor de *cannabis*, dos quais 2.668 são cultivados ao ar livre. Mas a indústria é nova em Nova York, e a semente de *cannabis* ainda não está otimizada para o clima do Vale do Hudson.

"Não faz sentido alguém reivindicar a melhor *cannabis* agora, porque muitos bancos de sementes foram eliminados durante a proibição", diz Dobson. Segundo ela, os produtores ilegais de Nova York ignoraram características agronômicas porque os negócios de drogas eram frequentemente feitos às pressas. "Temos um longo caminho a percorrer para produzir sementes que reflitam as condições", acrescenta.

Além disso, sob a legalização estado a estado, transportar maconha de um para outro é ilegal. "Os regulamentos são confusos", observa Scott Solomon, da OSS,

LEGALIZAÇÃO A CONTA-GOTAS

Como funciona o mercado de *cannabis* nos estados norte-americanos

Califórnia
É o terceiro maior produtor, com 577 toneladas. As autoridades fiscais estaduais dizem que os clientes compraram 5,3 bilhões de dólares em produtos legais de maconha em 2022, uma queda de 8% em relação ao ano anterior e o primeiro declínio desde que a venda foi legalizada em 2018. A indústria enfrenta ventos contrários, incluindo a concorrência do mercado ilegal em expansão, atrasos nas licenças e colapso dos preços no atacado. Hirsh Jain, vice-presidente da Câmara de Comércio de *Cannabis* da Califórnia, disse ao *San Francisco Chronicle* que a queda nas vendas é "um sinal de alerta" de que "o mercado legal do estado está à beira do colapso".

Kansas
O Estado das Planícies se opõe à legalização e mantém as penalidades por posse e tráfico. Em 2015, dez delegados do Kansas processaram o vizinho Colorado, alegando que a legalização da maconha no estado estava colocando um fardo indevido em sua atuação legal. A Suprema Corte dos EUA se recusou a julgar o caso. Em dezembro, o Kansas esteve novamente no centro das atenções depois que a polícia multou um paciente de câncer por usar maconha para aliviar seus sintomas.

Colorado
Possui uma produção monstruosa, de 623 toneladas. Na semana passada, Denver licenciou seu primeiro ônibus com consumo liberado de maconha para transferências ao aeroporto. As vendas caíram 20% no ano passado, para

empresa de gerenciamento de riscos envolvida no fornecimento de transporte seguro. "Em Nova York, as empresas não têm os recursos dos grandes *players* de *cannabis*." O pântano de regulamentações dá ao mercado ilegal uma vantagem competitiva. "Há muita frustração", diz Solomon. "É um mercado cinzento, onde a *cannabis* não é necessariamente legal, mas é descriminalizada."

Com gargalos de certificação e distribuição, e nenhuma expectativa de que Nova York permita uma colheita própria ou vendas à beira da estrada, comuns em vinhedos ou fazendas de frutas, a montanha de erva de Old Mud Creek provavelmente será processada para extrair seu ingrediente ativo ou vendida a produtores de alimentos.

Dobson, que cresceu numa fazenda microverde no Maine e planejava estudar Direito antes de ingressar numa operação de maconha com cinco estufas em Humboldt, diz que o negócio se encaixa naturalmente no movimento da fazenda à mesa. "Eu compararia isso com vinho e café. A única maneira de atender às necessidades dos agricultores é valorizar a origem da *cannabis* e seus atributos", diz. "Até agora, a menos que você fosse para a Jamaica ou o México, não tínhamos ideia de onde vinha."

Nova York licenciou mais fazendas do que lojas, criando grande estoque não vendido

Isso é algo que os vendedores ilegais contestariam. Afinal, o *branding* é a chave para vendas e preços, e eles argumentam que a erva nativa de Nova York não é páreo para seu produto. Mas o movimento que favorece compras locais traz vantagens de marketing. Dobson argumenta que a indústria de cultivo interno estigmatizou a si mesma por apenas imitar o ambiente natural. "Estamos em colaboração com a planta e em colaboração com a natureza", diz ela. "Fazer parte do movimento *farm-to-table* é importante para nós, por isso estamos nos concentrando em flores *premium* cultivadas de forma regenerativa."

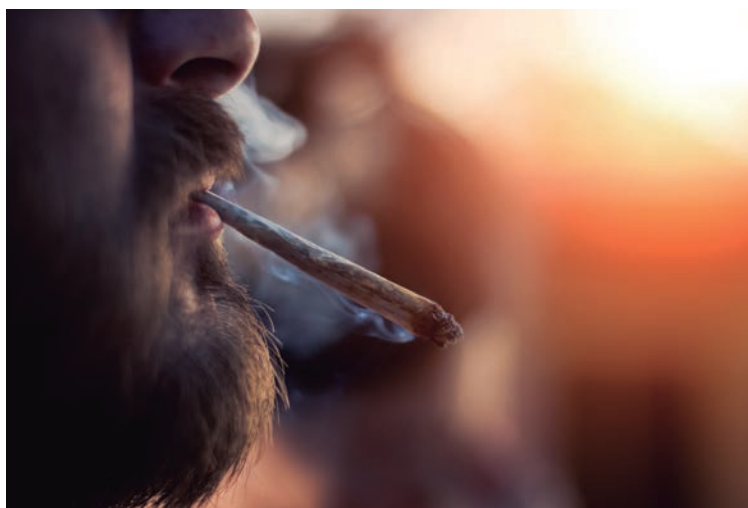
O experimento de Nova York com a legalização da *cannabis* ocorre em meio à crescente preocupação com as consequências para a saúde mental. Dois anos atrás, o Instituto Nacional de Abuso de Drogas dos EUA alertou que fumar maconha de alta potência todos os dias poderia aumentar quase cinco vezes as chances de desenvolver psicose.

É improvável que o esforço para provocar o mercado a aceitar o controle regulatório sob o pretexto da legalização seja totalmente tranquilo, mas está longe da era da criminalização e do encarceramento. Agora a droga é legal, mas fumar em espaços públicos, incluindo parques e praias, não é. A loja Smacked! (Bateu!) em Greenwich Village, uma das duas novas lojas legais da cidade e a única licenciada para "indivíduos envolvidos com a justiça", ou pessoas com delitos anteriores relacionados à maconha, ficou fechada durante dois dias na última semana. Os compradores, presumivelmente, seguiram um quarteirão ao norte até o Washington Square Park, onde, como fazem há décadas, os revendedores atuavam ao ar livre. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

1,8 bilhão de dólares, e a indústria está na mira do debate sobre a posse de armas. Pacientes com maconha medicinal licenciada não têm permissão para portar armas de fogo, conforme a lei federal. Mas um juiz federal de Oklahoma decidiu que a proibição é inconstitucional.

Oregon
Outro gigante, com 614 toneladas, mas na semana passada a Comissão de Bebidas Alcoólicas e *Cannabis* do estado disse que a indústria de maconha recreativa estava em sua posição econômica "mais fraca" desde 2016. Demanda enfraquecida e uma colheita recorde ao ar livre em outubro de 2021 (o custo médio da produção de flores de *cannabis* secas cultivadas em ambiente fechado foi de 1.048 dólares o quilo em 2020, em comparação com 475 dólares por quilo ao ar livre) "desencadeou uma queda nos preços que colocou toda a cadeia de suprimentos sob pressão", afirmou o órgão.

ISTOCKPHOTO

Baseado. É arriscado cruzar as fronteiras estaduais com ele

Esqueletos no armário

TheObserver Nas Filipinas, patologista forense revela o verdadeiro preço da guerra às drogas de Rodrigo Duterte

POR REBECCA RATCLIFFE, CORRESPONDENTE NO SUDESTE ASIÁTICO

Em um antigo almoxarifado de universidade, com mesas de madeira resgatadas de um lixão, Raquel Fortun começou a investigar a impiedosa repressão lançada no governo do ex-presidente filipino Rodrigo Duterte. Uma dos dois únicos patologistas forenses do país, Fortun passou mais de 18 meses examinando os restos mortais exumados de dezenas de vítimas da chamada "guerra às drogas", revelando sérias irregularidades na forma como suas autópsias foram realizadas – incluindo diversos atestados de óbito que erroneamente atribuíram as mortes a causas naturais.

Mais recentemente, suas descobertas levantaram questões sobre os exames realizados no corpo de Kian delos Santos, um garoto de 17 anos cuja morte no auge dos tiroteios provocou indignação global. As Filipinas não produzem automaticamente autópsias em casos de morte violenta, observa Fortun. O padrão, onde elas ocorrem, é ruim, com evidências frequentemente descartadas. "Temos instituições muito fracas, pessoas desqualificadas, uma lei muito antiga. Aí vem um louco, ascendendo ao topo como presidente, e acho que ele apenas se aproveitou disso."

Duterte ordenou repetidamente que a polícia matasse suspeitos de tráfico de drogas. "E assim foi feito, eles mataram", diz a patologista. Em janeiro, o Tribunal Penal Internacional disse que prosseguiria suas investigações sobre os assassinatos, que segundo suas estimativas deixaram entre 12 mil e 30 mil mortos. O trabalho havia sido suspenso enquanto avaliava uma reclamação das Filipinas, que disse ter iniciado suas próprias investigações e, portanto, o caso deveria ser adiado. O argumento foi rejeitado.

O presidente Ferdinand Marcos Jr., que assumiu o cargo no ano passado após uma campanha conjunta com a filha de Duterte, Sara, agora vice-presidente, chamou a investigação do TPI de "intrusão em nossos assuntos internos", dizendo que o país tem um "bom" sistema policial e judiciário. Para os ativistas, as descobertas de Fortun são, porém, mais uma prova de que as instituições das Filipinas não estão conseguindo fazer justiça. Ela está ciente de 12 atestados de óbito, incluindo 11 dos 74 restos mortais que examinou, que atribuem erroneamente as mortes a causas naturais como pneumonia ou sepse. "Isso faria a gente se perguntar: eles estavam envolvidos, foram cúmplices? Estavam apenas tomando um atalho?"

> **Múltiplos homicídios foram registrados como "morte natural", alerta Raquel Fortun**

Kian delos Santos foi encontrado morto, curvado em posição fetal, num beco escuro em Caloocan, na região metropolitana de Manila, em 2017, com uma arma na mão esquerda. A polícia argumentou que o matou em legítima defesa. No entanto, sua família apontou que ele era destro.

Imagens do CCTV mostraram a polícia arrastando um homem que correspondia à descrição de Santos para o local onde ele foi morto. Este é o único caso conhecido em que a polícia foi condenada por assassinato. Apesar do intenso escrutínio no momento de sua morte, os exames da Polícia Nacional das Filipinas e do Ministério Público não conseguiram detectar uma bala que ainda estava alojada em seu pescoço, de acordo com as descobertas de Fortun. "É uma evidência que foi perdida."

Tais omissões não são incomuns. Fortun encontrou pelo menos uma bala nos restos mortais de cerca de outras 15 vítimas. Ela também descobriu que apenas cortes superficiais foram feitos durante as autópsias no corpo de Santos, a indicar que nenhum exame interno foi realizado, apesar de o atestado assinado por um médico mencionar o conteúdo estomacal de Delos Santos.

Fortun começou a examinar os restos mortais de vítimas exumadas em 2021. Já se passaram cerca de cinco anos desde que Duterte lançou sua repressão, e as famílias dos mortos, que só conseguiam pagar por aluguéis curtos dos túmulos, enfrentavam

Massacre. Acionado, o Tribunal Penal Internacional estima que a repressão filipina provocou até 30 mil mortes

cada vez mais o despejo dos cemitérios.

O padre católico Flaviano Villanueva começou a se oferecer para ajudar as famílias a exumar e cremar os restos mortais de seus entes queridos por meio de uma iniciativa chamada Projeto Arise. A opção de um exame por Fortun, para documentar provas, também foi oferecida às famílias.

O almoxarifado que Fortun usa foi reformado, mas seu trabalho ainda é feito com pouco dinheiro. Ela trabalha de graça, com um orçamento pequeno para cobrir os gastos com sacolas plásticas, supercola, um adesivo mais leve para os dentes e papel especial. Os restos mortais são entregues ao hospital para radiografia depois da meia-noite, porque o hospital local está ocupado demais para lidar com eles durante o dia. Um exame pode levar semanas, enquanto ela tenta conciliar o processo com sua função na universidade e lidar com outros casos.

Os despojos que ela examinou representam apenas "uma pitada de dezenas de milhares de pessoas mortas", diz Fortun. "Mas a foto está aparecendo." As vítimas são predominantemente homens e jovens. "São os mais pobres dos pobres. Vejo isso em seus dentes."

Alguns são enterrados com imagens impressas em lona de seus rostos, roupas, calçados ou itens religiosos. Em dois casos, Fortun examinou vítimas usando uma pulseira da marca Duterte. "Uma viúva disse que o marido realmente se sentia seguro com aquilo no pulso." Seus exames se somam às evidências que contradizem as narrativas de que os policiais agiram em legítima defesa. "Eles foram baleados não para imobilizá-los ou torná-los mais seguros para a polícia prendê-los – eles foram baleados várias vezes no peito, na cabeça", diz ela.

De acordo com dados do governo, os policiais mataram 6.252 pessoas durante operações antidrogas de 1º de julho de 2016 a 31 de maio de 2022. Fortun se pergunta se algum dia será possível calcular com precisão os mortos. "Quem está contando?", pergunta. "E as vítimas não recuperadas? Corpos jogados em rios, enterrados em covas clandestinas? Sabe-se ainda menos sobre assassinatos fora da região metropolitana de Manila."

Conhecida por assumir casos politicamente delicados, Fortun sabe que seu trabalho traz riscos. Ela já atuou no exterior antes, mas a tentação de fazê-lo novamente passou há muito tempo. "Ok, esta é a razão pela qual eu fiquei. Eu precisava. E se eu for embora?" Quando conhece as famílias, ela não promete que os exames trarão justiça. "Mas ao menos eu lhes digo: obrigada por nos darem a chance de documentar as descobertas. Não sei se em algum momento isso chegará ao tribunal, mas pelo menos tentamos." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Plural

Entre notas e intempéries

MÚSICA A Orquestra Filarmônica de Minas Gerais chega aos 15 anos com grande prestígio e com o desafio de recuperar o público perdido durante a pandemia

POR ANA PAULA SOUSA

Foi com a *Abertura Festiva*, de Shostakovich, e a estreia mundial de uma obra encomendada ao compositor paulistano Leonardo Martinelli que a Filarmônica de Minas Gerais deu início, na quinta-feira 2, à Temporada 2023, que marca os 15 anos da orquestra.

Embora no meio caminho tenha havido pedras, a orquestra conseguiu firmar-se como um conjunto estável, que realizou mais de 1,1 mil concertos e gravou dez CDs – um deles, dedicado à obra de Almeida Prado e gravado pelo selo Naxox, foi indicado ao Grammy Latino. Conseguiu ainda concretizar o plano de ter sede própria, a Sala Minas Gerais, inaugurada em 2015.

"Um projeto dessa natureza, e com tamanha estatura, não atravessa esses anos todos sem passar, naturalmente, por desafios de ordem econômica e política", diz Fábio Mechetti, o maestro que, em 2008, deixou a Orquestra Sinfônica de Jacksonville, nos Estados Unidos, para tornar-se diretor artístico e regente titular da filarmônica mineira. "Nesse período, a orquestra foi acolhida pelo povo mineiro e cresceu muito artisticamente."

O projeto teve como padrinhos o então governador Aécio Neves e seu vice, Antonio Anastasia. A inspiração vinha de um dos símbolos fortes da gestão do PSDB na cultura: a Fundação Osesp e a Sala São Paulo. Assim como a orquestra paulista, a filarmônica deveria apoiar-se em um tripé financeiro: repasses do governo do Estado; patrocínios e recursos incentivados; bilheteria e assinatura. Em 2022, a verba estatal foi de 17,5 milhões de reais e as demais fontes de recursos somaram 36,5 milhões de reais.

Ao longo desses 15 anos, o apoio do Estado, ainda que tenha sido sempre mantido, não se deu – e não se dá – sem sobressaltos. A própria Sala Minas Gerais chegou a receber alfinetadas do governador reeleito, Romeu Zema (Novo). "Não é construindo um edifício fenomenal para uma elite frequentar que estaremos fazendo cultura", afirmou. "A cultura é do povo e não de uma elite que frequenta uma monstruosidade que custou milhões." O projeto da sala foi colocado de pé pelo tucano Anastasia (2010-2014), mas sua inauguração acabou por se dar no governo do petista Fernando Pimentel, no início de 2015.

> "A pressão é sempre grande e costuma ser econômica", diz o regente-titular

"A pressão é sempre grande. E costuma ser econômica", diz, desviando-se dos meandros políticos, Mechetti. "Nos mantemos com praticamente um terço do valor de repasse recebido do governo de SP para a Osesp, com a expectativa de termos uma programação equivalente. Depender tanto dos patrocinadores para sustentar a folha de pagamento é um grande desafio. E isso tem implicações artísticas."

A orquestra possui 89 músicos – dentre eles, há 28 com 15 anos de casa e 16 estrangeiros. O plano inicial era, porém, que até 2015 o grupo fosse composto de 104 integrantes. "Muitas vezes, não se tem a condição de dar aos músicos os revezamentos necessários, para que possam ter um desempenho compatível

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 50

Livro. Uma nova teoria da desigualdade minimiza o papel da indústria na história

com a expectativa de qualidade de nossas apresentações", pondera o regente.

A exemplo do que aconteceu com boa parte das instituições culturais brasileiras, a orquestra ainda enfrentou, nos anos recentes, dificuldades com o manejo da Lei Rouanet, entravada pelo governo Bolsonaro. "Até 30 de dezembro do ano passado, os planos anuais (*das instituições*) não tinham sido aprovados pela Secretaria Especial de Cultura. Graças a um esforço do presidente do Conselho, conseguimos", diz Mechetti. "Foi uma angústia."

O maestro aproveita para pontuar que a Lei Rouanet precisa e pode ser revisada, mas que não se deve perder de vista que o mecanismo de incentivo não existe para ser uma fonte de financiamento para tudo e todos: "A lei deve servir àqueles que, sem ela, não teriam condições de fazer cultura dentro de regras de mercado".

Outro desafio da orquestra – comum a várias manifestações culturais – tem sido a reaproximação do público. Como se sabe, a mudança de hábitos de comportamento e de consumo trazida pela pandemia teve implicações na presença do público

Sede fixa. A Sala Minas Gerais já foi chamada de monstruosidade por Zema, o governador do Estado. Fábio Mechetti está à frente do projeto desde 2008

RAFAEL MOTTA E EUGÊNIO SÁVIO

em teatros, salas de cinema e orquestras.

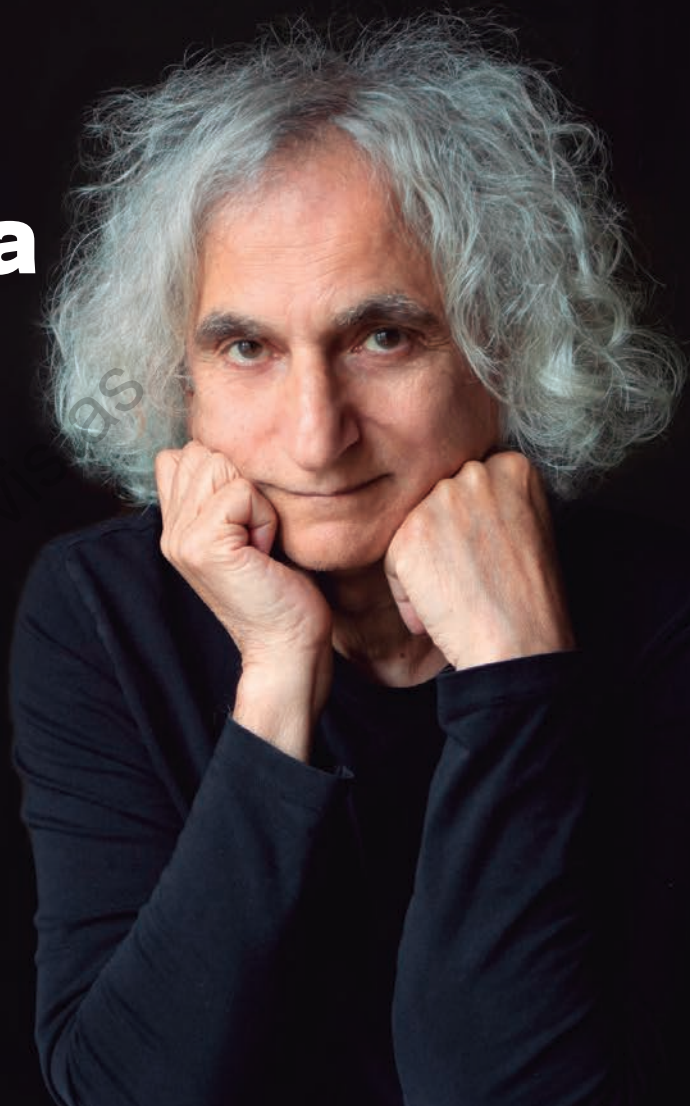
"A música é a expressão de um ser humano para outro ser humano. Sem a presença física, seja do músico, seja do público, muito se perde. Mas muitas pessoas se acostumaram aos concertos *online*, e algumas não voltaram", diz Mechetti. "No pós-pandemia, as assinaturas caíram cerca de 40%. As pessoas continuaram comprando assinaturas, como sinal de apoio à orquestra, mas não vinham aparecendo na mesma proporção." Os números de 2023 já indicam, no entanto, uma retomada. No último fim de semana, nos concertos celebratórios dos 15 anos, a sala estava lotada.

Hoje, 70% dos assinantes têm mais de 55 anos e 20%, menos de 30 anos. O público virtual é, em média, mais jovem que os assinantes. Mesmo a orquestra sendo, como instituição, muito conhecida no estado – inclusive porque faz concertos pelo interior –, Mechetti reconhece que é forte a percepção de que a música clássica destina-se a uma elite.

"Também é comum que se confunda excelência com elitismo", diz. "Uma orquestra, obviamente, não é algo de cunho extremamente popular. O consumo de música clássica exige certa predisposição, mas isso se estende para um certo tipo de literatura também, como o Guimarães Rosa, por exemplo." •

Entre a técnica e a natureza

IDEIAS Ao traçar a jornada das sociedades rumo à desigualdade, o economista Oded Galor coloca excessiva ênfase na geografia

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Ao investigar a jornada da humanidade, Oded Galor, economista israelense radicado nos EUA, afirma que, não por acaso, as primeiras grandes civilizações surgiram em terras férteis ao redor de grandes rios, como o Eufrates, o Tigre, o Nilo, o Yang-tsé e o Ganges. "Nenhum acontecimento histórico, institucional e cultural aleatório poderia ter desencadeado a formação de grandes cidades antigas longe de fontes de água, ou a criação de tecnologias agrícolas revolucionárias no coração das florestas congeladas da Sibéria, ou no meio do Deserto do Saara", escreve, no livro agora traduzido no Brasil.

As camadas mais profundas, diz ele, enraizadas na geografia e no passado distante, muitas vezes fundamentaram o surgimento de características culturais e instituições políticas promotoras do crescimento em algumas regiões do mundo.

"Uma análise do impacto duradouro das características geográficas nos levou 12 mil anos de volta no tempo, até o alvorecer da Revolução Agrícola", prossegue. "Durante esse período, a biodiversidade e a disponibilidade de espécies domesticáveis de plantas e animais, assim como

a orientação dos continentes, estimularam uma transição de tribos de caçadores-coletores para comunidades agrícolas sedentárias mais cedo em alguns lugares e mais tarde em outros.”

Vale a pena acompanhar Oded Galor e seus olhares para a humanidade em sua jornada. Minha divergência com o autor está centrada na redução dos elementos definidores das formas históricas assumidas pelas sociedades à sua dimensão “natural” – que, no livro, assume lugar central como definidora dos elementos universais de toda a produção. Peço licença para invocar o grande historiador Carlo Cipolla. Ele escreveu que a vida dos homens atravessou dois momentos cruciais: o neolítico e a Revolução Industrial.

No neolítico, os povos abandonaram a condição de “bandos selvagens de caçadores” e estabeleceram as práticas da vida sedentária e da agricultura. Entre as incertezas e brutalidades da “vida natural”, tais práticas difundiram condições mais regulares de subsistência dos povos e assentaram as bases da convivência civilizada. Podemos afirmar que, ao longo de milênios, as sociedades avançaram lentamente nas técnicas de gestão da terra, desenvolvidas à sombra de distintos regimes sociais e políticos e, portanto, sob formas diversas de geração, apropriação e utilização dos recursos.

A Revolução Industrial, escreveu Cipolla, “transformou o homem agricultor e pastor no manipulador de máquinas movidas por energia inanimada”. A ruptura radical no modo de produzir introduziu profundas alterações no sistema econômico e social. Aí nascem, de fato, o capitalismo, a sociabilidade, a urbe moderna e seus padrões culturais.

A diferença entre a vida moderna e as anteriores decorre do surgimento do sistema industrial que não só cria bens de consumo e os bens instrumentais para produzi-los, como suscita novos modos de convivência e formas de “estar no mundo”.

A indústria não pode ser concebida como mais um setor ao lado da agricultura e dos serviços. A ideia da Revolução Industrial trata da constituição histórica de um sistema de produção e de relações sociais que subordina o desempenho da economia à sua capacidade de gerar renda, empregos e criar novas atividades. O surgimento da indústria como sistema de produção apoiado na maquinaria endogeniza o progresso técnico e impulsiona a divisão social do trabalho, engendrando diferenciações na estrutura produtiva e promovendo encadeamentos intra e intersetoriais.

Além de sua permanente autodiferenciação, o sistema industrial deflagra efeitos transformadores na agricultura e nos serviços. A agricultura contemporânea não é mais uma atividade “natural” e os serviços não correspondem mais ao papel cumprido nas sociedades pré-industriais. O avanço da produtividade geral da economia não é imaginável sem a dominância do sistema industrial no desenvolvimento dos demais setores.

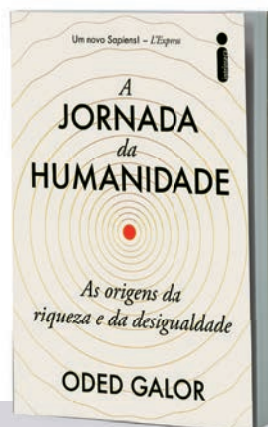
A JORNADA DA HUMANIDADE

Oded Galor. Tradução: Antenor Savoldi Jr. Intrínseca (336 págs., 69,90 reais).

Os autores do século XIX anteciparam a industrialização do campo e perceberam a importância dos novos serviços gestados nas entranhas da expansão da indústria. Não há como ignorar, por exemplo, as relações umbilicais entre a Revolução Industrial, a revolução nos transportes e as transformações dos sistemas financeiros no século XIX. São reconhecidas as interações entre a expansão da ferrovia, do navio a vapor e o desenvolvimento do setor de bens de capital apoiado no avanço da indústria metalúrgica e da metalomecânica e na concentração da capacidade de mobilização de recursos líquidos nos bancos de negócios.

A história dos séculos XIX e XX pode ser contada sob a ótica dos processos de integração dos países aos ditames do sistema mercantil-industrial originário da Inglaterra. Essa reordenação radical da economia exigiu uma resposta também radical dos países incorporados à nova divisão internacional do trabalho.

Para os europeus retardatários, para os norte-americanos e japoneses e, mais tarde, para os brasileiros, coreanos, chineses, russos e outros, a luta pela industrialização não era uma questão de escolha, mas uma imposição de sobrevivência. Paradoxalmente, a especialização de alguns países na produção de bens não industriais é fruto da própria diferenciação da estrutura produtiva capitalista à escala global comandada pela dominância do sistema industrial.

Talvez tenha escapado a Galor que, ao longo desse processo de transformação, a redistribuição espacial da manufatura, engendrou o avanço industrial e tecnológico nos “emergentes” vencedores, bem como a desindustrialização e o retrocesso para as atividades de baixa complexidade nos submergentes perdedores. •

Enquanto Você Voava, Eu Criava Raízes, no Sesc-SP

Após a tormenta, a volta aos palcos

TEATRO COM UMA PEÇA CANCELADA PELO GOVERNO BOLSONARO E DUAS ESTREIAS ADIADAS EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA, A CIA. DOS À DEUX VÊ A CELEBRAÇÃO DE SEUS 25 ANOS COMO RENASCIMENTO

Criada por André Curti e Artur Luanda Ribeiro há 25 anos, na França, a Cia. Dos à Deux celebra, neste momento, não apenas o aniversário, mas a própria possibilidade de voltar a existir.

Enquanto Você Voava, Eu Criava Raízes, que estreou no Sesc Santo Amaro, em São Paulo, na sexta-feira 3, após três temporadas no Rio de Janeiro, é o primeiro trabalho da dupla depois de anos turbulentos.

É que o espetáculo *Gritos,* que estreou, em 2017, no Centro Cultural Banco do Brasil, tornou-se, acidentalmente, um símbolo dos desmandos do governo Bolsonaro na área cultural.

Já haviam sido mais de 200 as apresentações – algumas na Europa – quando, em 2019, a peça foi selecionada para um edital da Caixa Cultural. O prêmio previa a reunião de três montagens da companhia. No entanto, apenas dois espetáculos puderam ser apresentados. "O pessoal da Caixa, em Brasília, que nos conhecia há muito tempo, tentou nos explicar que *Gritos* teria de ser tirada da grade de programação", conta Ribeiro.

Os dois artistas estavam então se fixando no Brasil, depois da longa temporada passada na França. De repente, viram-se no meio de algo incompreensível. "Foi um momento muito difícil. Estávamos voltando para o Rio, reformando o espaço onde funcionará nossa sede, na Glória, e *Gritos* era o nosso primeiro trabalho totalmente brasileiro", recorda Curti.

"Como poderíamos supor que uma obra onírica e poética pudesse ser censurada?", pergunta-se ainda Ribeiro. "O espetáculo tematizava, em um de seus poemas, o assassinato de uma travesti, mas tratava a transfobia de forma estilizada e metafórica. Mas sabe que, no fim, acho que o Bolsonaro, com tanta censura, acabou arrombando as portas para várias artistas trans?"

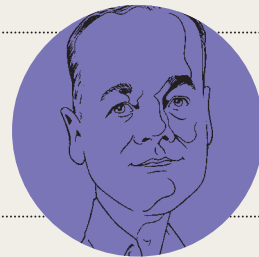
O novo trabalho da dupla, *Enquanto Você Voava, Eu Criava Raízes,* foi gestado durante o espanto. Primeiro, com a agressividade do governo Bolsonaro contra certas manifestações artísticas. Depois, com a pandemia, que tornou o contato com o público impossível.

A peça teve duas datas de estreia – em dezembro de 2021 e em março de 2022 – canceladas em decorrência das restrições sanitárias. Acabou por estrear apenas em agosto do ano passado, no Centro Cultural Oi Futuro, no Rio.

"A gente morreu e está renascendo", resume Ribeiro. "E o espetáculo é reflexo disso. Ele quebra com a dramaturgia para que o público possa olhar para seus próprios abismos. É, sem dúvida, o espetáculo mais solitário dos nossos 25 anos de carreira. Tentamos nos reinventar de todas as maneiras."

– Por Ana Paula Sousa

RENATO MANGOLIN

SIDARTA RIBEIRO
Professor titular de Neurociência e um dos fundadores do Instituto do Cérebro da UFRN. Integra o Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (RJ). É autor de *Sonho Manifesto*

A desigualdade no cárcere

▶ Sem definir critérios objetivos para a distinção entre traficantes e usuários, a Lei de Drogas legitima os vieses de classe, raça e gênero das autoridades do Estado

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo. Grande parte encontra-se em prisão temporária ou preventiva, esperando julgamento por anos a fio, em condições desumanas. Em recente entrevista concedida a Breno Altman, o ministro da Justiça, Flávio Dino, causou perplexidade entre especialistas ao negar que a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) tenha relação com o superencarceramento.

Diante da declaração, Altman perguntou o que poderia então explicar o aumento vertiginoso da população carcerária – que, em sua maioria, responde por tráfico de drogas. O jornalista lembrou que nenhum outro país passou por tal explosão: em 15 anos, passamos de 240 mil para mais de 800 mil encarcerados. Dino respondeu que o encarceramento teria aumentado com ou sem essa lei, pois a legislação anterior já punia o consumo de drogas ilícitas.

É verdade que a penalização já existia, mas o ministro deixou de considerar que a lei de 2006 aumentou as punições para traficantes e reduziu as penas para usuários sem definir critérios objetivos para separar uns dos outros. A decisão fica a cargo do juiz e, portanto, também da autoridade policial que decide, no calor do momento, que situações da vida real devem virar um flagrante lavrado, um suborno nas sombras ou uma viagem só de ida para a vala.

Uma pessoa negra detida numa favela com alguns gramas de maconha tem enorme chance de ser presa como traficante, enquanto uma pessoa branca encontrada num bairro rico com grandes quantidades da mesma droga provavelmente se livrará com uma propina ou será enquadrada como usuária. Em outras palavras, a subjetividade da distinção entre usuários e traficantes legitima os vieses de classe, raça e gênero das autoridades do Estado.

É compreensível que o governo não queira mexer nesse vespeiro agora, pois o golpe fracassado de 8 de janeiro ainda não esfriou no túmulo. Mas isso não deve implicar licença para negar fatos. Se é verdade que o encarceramento de homens já aumentava antes da lei de 2006, o de mulheres disparou após a sua promulgação. Hoje, mais de 60% das presas respondem por tráfico e, via de regra, foram flagradas ao levar drogas para seus companheiros nas prisões. Muitas vezes nem regressam a seus filhos. São enquadradas com penas longas que desestruturam ainda mais as suas famílias.

Precisamos urgentemente compreender que a proibição arbitrária de certas drogas é mais tóxica do que qualquer droga em si. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência posiciona-se, desde 2018, pela legalização e regulamentação de todas as drogas, por compreender que a guerra contra elas é anticientífica, ineficaz e injusta. Tem, além disso, custo altíssimo para a sociedade, como demonstra a pesquisa *Drogas: Quanto Custa Proibir*, coordenada pela socióloga Julita Lemgruber no Centro de Estudos de Segurança e Cidadania.

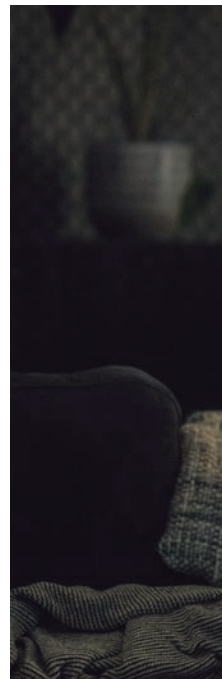
As cadeias estão lotadas de jovens que deveriam estar estudando ou trabalhando, e não amontoadas em condições degradantes. Em sua pesquisa de mestrado sobre o Conjunto Penal Feminino de Salvador, a professora Carla Akotirene, da Universidade Federal da Bahia, demonstrou que as detentas, "majoritariamente pobres, negras, semialfabetizadas, presas por tráfico de drogas (...) são submetidas a situações de constrangimento, perda da privacidade, péssimo atendimento médico, violência psicológica e moral". Sofrem ainda com a intolerância a religiões afro-brasileiras e com a lesbofobia.

É, evidentemente, bom que o ministro da Justiça reconheça que no Brasil "se prende muito e se prende mal, porque se prende com desigualdade". Entretanto, ainda que assuma o viés de classe do sistema judiciário, falta a Dino reconhecer que a Lei nº 11.343/06 abriu o flanco para que preconceitos destruam pessoas vulneráveis.

O problema é aprofundado pelo jurista Cristiano Maronna no livro *Lei de Drogas Interpretada na Perspectiva da Liberdade*" (Contracorrente, 2022), que disseca os 75 artigos da Lei de Drogas para explicitar seus mecanismos perversos. Ela permitiu, por exemplo, que a polícia de Olinda tentasse prender, durante o Carnaval, as coordenadoras da Escola Livre de Redução de Danos, Ingrid Farias e Priscilla Gadelha, enquanto atuavam pela conscientização sobre os perigos do uso excessivo de álcool e outras drogas.

Mantida essa legislação, resta ao Ministério da Justiça o estigma da injustiça. Que o debate avance até alcançarmos a liberdade, definida por Cecília Meireles como "palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda". •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Bukky Bakray, uma nova estrela

The Observer A atriz descoberta aos 15 anos em uma escola de teatro em Londres pode ser vista em três novos projetos

POR AMMAR KALIA

Aos 15 anos, Bukky Bakray estava na aula de teatro em uma escola na região leste de Londres quando avistou duas figuras desconhecidas no fundo da sala. "Pensamos que fossem inspetores da Secretaria de Educação", diz ela. "Os ignoramos e seguimos."

Tratava-se, porém, da diretora de cinema Sarah Gavron e a diretora de elenco Lucy Pardee, que estavam visitando escolas à procura de jovens atores para a sequência do drama histórico *As Sufragistas* (2015). Bukky destacou-se entre as centenas de alunos observados e foi escalada para seu papel de estreia, em *Rocks* (2019).

Bukky teve uma atuação incrível como a adolescente Olushola "Rocks" Omotoso, que tem de cuidar do irmão mais novo depois de serem abandonados pela mãe, solteira. Correndo pelo leste de Londres – a uns poucos quilômetros da casa de Bukky –, Rocks pede ajuda aos amigos da escola para evitar a assistência social.

Parte história edificante, parte drama doméstico, *Rocks* tem um realismo comovente, que se deve, em especial, à emotividade que a atriz emprestou ao filme. Desde então, Bukky tem vivido um turbilhão. Sua atuação foi aclamada pela crítica e ela tornou-se, em 2021, a mais jovem vencedora de um prêmio da academia britânica (Bafta).

Agora, aos 20 anos, está à porta do sucesso internacional, estrelando o *thriller Excluídos,* da Netflix, e a série dramática *Conexões,* da Apple TV+ – ambas lançadas nas plataformas na semana passada. Em Londres, também estreou no teatro, com *Sleepova*.

"Tudo aconteceu muito rápido", diz. "Quando consegui o papel em *Rocks,* eu queria ser atriz tanto quanto queria ser *chef* depois de assistir a *MasterChef*. Era tudo apenas um sonho que, de repente, se tornou realidade. Tenho sorte de que agora é minha profissão, mas ainda tenho de fazer testes, como todo mundo."

A jornada da escola de teatro a estrela foi rápida e Bukky, quando fez *Rocks,* não pensou nisso. "Ninguém do elenco realmente se preocupou se alguém iria se importar com o filme, já que, se fizés-

No *streaming*. A atriz como Dione, no filme *Excluídos*, da Netflix, e como Kim, na série *Conexões*, da Apple TV+

semos isso, a alegria de fazê-lo desapareceria", diz. "Eu só sabia que precisava tirar o máximo proveito do processo e não me preocupar com o resto."

Esse pragmatismo permanece. Bukky tem a fala mansa e os pés no chão. Vestida com um moletom preto, muitas vezes olha para o chão enquanto pensa e fala. Segue morando com a família e iniciou uma graduação em arte: "Se eu quisesse sair de casa, poderia, mas preciso ir no meu próprio ritmo, então estou indo devagar".

Bukky lembra-se bem do momento em que entrou em um avião, pela primeira vez, para promover a estreia de *Rocks* no Festival de Toronto e também da decepção ao se ver na tela. "Achei que era uma perda de tempo e dinheiro para todos", diz. "Fiquei desapontada. Tive de me acostumar a me ver na tela."

Deve ter sido especialmente difícil observar a si mesma em momentos de vulnerabilidade. "Quando filmamos as cenas emocionantes, meu cérebro não entendia o que estava acontecendo. Meu corpo apenas as fazia", diz. "*Rocks* me fez entender como os sentimentos podem ser espontâneos, e isso pode ser difícil de assistir."

CHRIS BAKER E CHRIS HARRYS/NETFLIX

O desempenho cru em *Rocks* transformou seu rosto em um dos preferidos dos jovens londrinos, mas suas escolhas posteriores parecem destinadas a romper com qualquer estereótipo.

Em *Excluídos,* ela interpreta uma figura perturbadoramente misteriosa confrontando uma mulher negra que tenta suprimir seu passado. Em *Conexões,* é arrastada para uma trama internacional de ciberterror. "Tem sido divertido descobrir diferentes Bukkys", diz. "Esse tipo de projeto com grande orçamento permite que você construa o mundo como quiser. Quando filmamos um acidente de trem, eles realmente tinham um trem inteiro no *set*!"

> "Quando consegui o papel em *Rocks*, eu queria ser atriz tanto quanto queria ser *chef* depois de assistir a *MasterChef*", brinca

Caçula de quatro irmãos de uma família do bairro de Lower Clapton, Bukky cresceu com um apurado senso de criatividade. "Eu e meus irmãos nos chamamos de 'Black Sopranos', porque estávamos sempre no porão de casa discutindo nossos planos de negócios", ri. "Tínhamos de pagar tudo sozinhos, então estávamos sempre nos virando. Meu trabalho paralelo era maquiar pessoas por dinheiro. Comecei a fazer isso quando tinha 14 anos e ganhava 60 libras por semana. Na época das formaturas, ganhava cerca de 500 libras – era incrível! Esse foi o primeiro gostinho que tive de ganhar dinheiro com minhas habilidades artísticas."

Hoje, segue tentando priorizar seu lado artístico: "Por isso escolhi estudar arte, não teatro. Quero continuar aprendendo de maneiras diferentes", explica.

Tendo trabalhado duramente desde *Rocks,* ela também tem planos de tirar uma folga e viver a vida de uma jovem de 20 anos. "Meu trabalho não me permite planejar nada com antecedência, então estou me tornando uma dessas pessoas que, simplesmente, se levantam e vão. Acabei de voltar de férias na Jamaica, que reservei apenas alguns dias antes", diz. "Mas esse é um *champagne problem* (a escolha entre duas coisas igualmente desejáveis). Nem acredito que estou falando assim!"

Mas Bukky está gostando da mudança. "É uma bênção fazer um trabalho que pode levar as pessoas a terem sentimentos profundos", diz. "Só quero continuar mudando de forma, e mal posso esperar que as pessoas descubram as novas versões de mim." •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

Jogadores e torcedores

▶ A premiação da Fifa para a temporada de 2022 deu destaque aos atletas, mas também à grande massa responsável por manter o futebol em alta

O Carnaval, com o esplendor de sua beleza e da vibração coletiva, foi embora levando consigo as ilusões que amenizaram a dureza destes dias marcados também pelas dolorosas imagens da tragédia no Litoral Norte de São Paulo.

A arte e o esporte serão, enquanto não chegam outros grandes eventos e fatos, as fontes nas quais buscaremos energia para dar conta do cotidiano. Mas sabemos também que o próprio esporte atravessa dias conflituosos.

Depois dos problemas na tradicional Juventus de Turim, punida com a perda de 15 pontos no campeonato italiano por acusações de fraude fiscal, surgem as notícias de escândalos graves na contabilidade do Barcelona. As possíveis falcatruas são capazes de levar o poderoso clube espanhol a severas punições e até a um possível rebaixamento.

Apesar de todas essas confusões, a Federação Internacional de Futebol (Fifa) fez, nesta semana, a festa de premiação dos melhores da temporada de 2022, escolhidos pela FIF-Pro (jogadores) em separado da premiação francesa, o Balon D'Or (jornalistas) – as escolhas eram feitas de forma comum durante alguns anos.

Com a presença de inúmeros convidados representando toda a variedade de participantes, a cerimônia teve, no início, uma grande homenagem a Pelé. Na sequência, foram agraciados treinadores e jogadores do futebol feminino e masculino.

Durante o evento, foram projetadas imagens do árabe Abbdulah, que viajou a pé, atravessando o deserto, durante 55 dias para comparecer à Copa-22, no Catar.

Os torcedores foram representados ainda por um vovô argentino, que fez a alegria da festa, com sua espontaneidade e desprendimento característicos da grande massa que mantém o esporte em alta. É bom ver a força e o amor dos torcedores sendo reconhecidos pela Fifa.

E o fato é que foi impressionante a participação da torcida argentina na última Copa. Ela foi a mais numerosa no Catar. Esse dado, por si, é indicativo da confiança que os *hermanos* tinham em sua seleção. Outra torcida que chamou atenção foi a do Japão, lembrada na noite da Fifa.

Também foi muito bom o destaque dado ao futebol paraolímpico, que obteve amplo merecimento com o Prêmio Puskás, oferecido ao gol mais bonito da temporada. Desta vez, ele coube ao amputado polonês Marcin Oleksy, que apresentou uma versão idêntica do gol espetacular do brasileiro Richarlison na Copa.

A Messi coube o troféu de melhor jogador

O ano de 2022 no futebol pertenceu também, com amplos méritos, ao gênio Lionel Messi. O argentino arrebatou o prêmio de melhor jogador num momento que marcará para sempre sua carreira extraordinária. Foi nessa temporada, afinal de contas, que ele conquistou o único título que faltava em seu histórico memorável.

A certa altura da transmissão, foi lembrada a ausência do excepcional Vinícius Júnior, jogador do Real Madrid e da Seleção Brasileira e, sem dúvida, um expoente desde 2021.

Parece que a trajetória fulgurante do jovem de São Gonçalo deixou os organizadores em uma saia justa. Por quê? Porque eles tinham de escolher, para os vários prêmios, muitos "cobrões" cheios de trunfos.

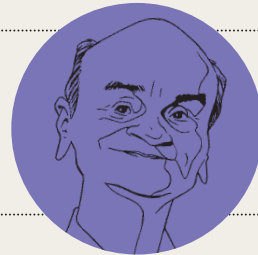
E, no caso de Vini Júnior, a categoria revelação não funciona mais. Não faz muito tempo que o craque revelado pelo flamengo deixou essa condição para trás.

Durante a transmissão, foi notada a presença de um único brasileiro entre os melhores do mundo: o volante Casemiro, que tem uma carreira muito bem administrada. Quando saiu do Real Madrid, ele logo ganhou sobrevida vitoriosa no Manchester City.

E o futebol, a despeito de todos os conflitos, desigualdades e tramas milionárias, continua sendo, em alguns momentos, uma bela manifestação de humanidade. Foi o caso dos torcedores da Turquia que, na volta do campeonato local, arremessaram para o campo milhares de ursinhos de pelúcia enviados às crianças sobreviventes. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO E MICHAEL REGAN/FIFA

DRAUZIO VARELLA
Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000

Leptospirose nas enchentes

▶ A falta de diagnóstico e tratamento precoce explica a gravidade da doença: em torno de 75% dos pacientes precisam de internação hospitalar

Só ouvimos falar em leptospirose quando há enchente. A doença, no entanto, está presente o ano inteiro, com incidência mais elevada nos meses chuvosos, nas áreas urbanas, em pessoas de baixa renda e na faixa etária dos 20 aos 50 anos. O Ministério da Saúde recebe, em média, 13 mil notificações por ano.

A falta de diagnóstico e tratamento precoce explica a gravidade dos casos: em torno de 75% dos pacientes precisam ser internados. Em média, 10,8% dos infectados vão a óbito.

A causa é uma bactéria do gênero Leptospira, que infecta homens e ratos, cães, ovinos, suínos e bovinos, os quais servem de reservatórios naturais. Seres humanos adquirem a infecção ao entrar em contato com a urina do animal infectado, presente na água e na lama. Do ponto de vista epidemiológico, o rato de esgoto é o principal transmissor.

Em contato direto ou indireto com a urina do rato, as bactérias penetram a pele. A doença não é contagiosa – a transmissão interpessoal é raríssima. O período de incubação é de cinco a 14 dias, mas pode variar entre um e 30 dias. As manifestações também são variáveis. Há tanto formas assintomáticas, ou com poucos sintomas, quanto outras graves, eventualmente fulminantes.

A doença evolui em três fases:

1. Precoce: febre de instalação abrupta, dor de cabeça, nos músculos e nas articulações, perda de apetite, náuseas e vômitos. Podem surgir diarreia, vermelhidão nos olhos, fotofobia, manchas avermelhadas na pele e tosse.

Essa fase costuma ser autolimitada, com regressão no período de três a sete dias. Como esses sinais e sintomas são comuns a muitas doenças virais, é comum receber o diagnóstico de influenza, dengue ou síndrome gripal.

Fazem suspeitar de leptospirose, entretanto, a dor ao apertar as panturrilhas e a musculatura lombar, a hiperemia e as pequenas hemorragias nas conjuntivas.

A maioria dos doentes evolui para a cura completa, mas 10% a 15% entram na fase em que se instalam as manifestações mais graves.

2. Fase tardia: a forma clássica é denominada Síndrome de Weil, caracterizada por insuficiência renal, icterícia e hemorragias (geralmente pulmonares), manifestações que podem se apresentar isoladamente.

Hemorragias pulmonares provocam tosse seca, falta de ar e expectoração sanguinolenta que progride para SARA (Síndrome da Angústia Respiratória Aguda), quadro que leva à intubação endotraqueal e ventilação mecânica. A metade dos pacientes vai a óbito.

Fenômenos hemorrágicos podem ocorrer também na pele, nas conjuntivas ou nas mucosas dos órgãos internos e, eventualmente, até no sistema nervoso central. A principal complicação tardia é a insuficiência renal aguda, que se instala em 15% a 40% dos doentes. Muitos deles precisam ser submetidos a hemodiálise.

Outras complicações são menos frequentes: anemia, pancreatite, distúrbios neurológicos (confusão, delírio, desorientação), meningite, espasmos e paralisias musculares.

3. Fase de convalescença: a eliminação da leptospira na urina pode permanecer por mais uma semana ou persistir por meses. A icterícia desaparece lentamente em dias ou semanas. Alterações oculares (uveíte) podem ocorrer meses depois da infecção. A grande maioria dos que se curaram retorna às atividades normais.

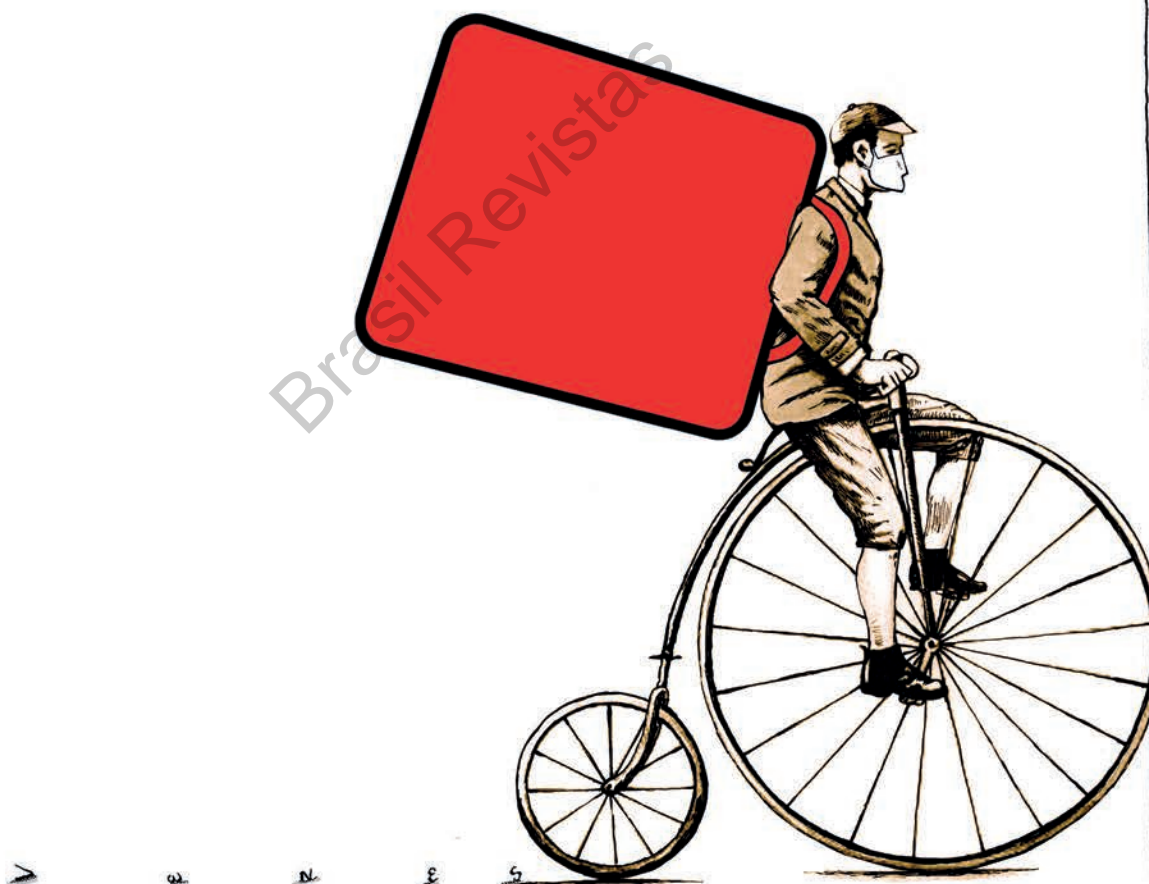
Devem ser hospitalizados pacientes com um ou mais dos seguintes sinais de alerta: falta de ar, tosse e respiração ofegante, fenômenos hemorrágicos (especialmente expectoração sanguinolenta), redução do volume de urina, vômitos intensos, icterícia, queda da pressão arterial, arritmias cardíacas ou alteração do nível de consciência.

O tratamento com antibióticos está indicado em qualquer fase da doença. A diferença é que, na fase precoce, o antibiótico pode ser prescrito por via oral, em ambulatório, enquanto nas fases mais tardias, quando surgem as complicações, a internação hospitalar é mandatória para aplicação das medidas de suporte e antibióticos por via intravenosa.

O Ministério da Saúde recomenda as seguintes medidas quando houver exposição populacional em massa, como nas enchentes: informar a população do risco da doença, divulgar os sintomas que devem levar à procura de assistência médica, alertar os profissionais de saúde para reconhecer os sinais e os sintomas, notificar todo caso suspeito e iniciar antibioticoterapia imediatamente. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

BICO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

O Combate às Fake News
e ao discurso de ódio

—

Dia 7 de março
Online e gratuito no canal do YouTube de CartaCapital

Após anos de terra sem lei, o novo governo lançou várias frentes de combate ao sistema de desinformação, às ***Fake News* e ao discurso de ódio nas redes sociais**. Há iniciativas no Ministério da Justiça, na Advocacia--Geral da União e na Secretaria de Comunicação, além dos projetos de regulamentação em debate no Congresso.

Neste webinar, vamos discutir se as propostas públicas são as melhores formas de conter a máquina de mentiras, os riscos à liberdade de expressão contidos nos projetos, até que ponto as redes sociais e as *Big Techs* estão de fato empenhadas em coibir os abusos e como a regulação avança no mundo. Parece haver um único consenso: algo precisa ser feito.

Calendário do evento

Mesa 1

9h30: Governo, plataformas, sociedade: é possível alcançar um acordo no combate às *Fake News*?

Assista pelo YouTube de Carta:
https://youtu.be/6j-5xpjSoOU

Mesa 2

11h: As leis em discussão no Brasil e os exemplos internacionais

Assista pelo YouTube de Carta:
https://youtu.be/NAfPTPagsGc

Convidados

João Brant
Secretário de Políticas Digitais da Secom

Renata Mielli
Pesquisadora da Coalizão Direitos na Rede

Alana Rizzo
Head de políticas públicas do YouTube Brasil

Dario Durigan
Head do WhatsApp Brasil

Convidados

Orlando Silva
Relator do PL das *Fake News*

Paula Bajer Fernandes
Procuradora Regional Eleitoral em São Paulo (PRE-SP)

Eliara Santana
Pesquisadora do INCT-IDDC

Rose Marie Santini
Diretora do NetLab da UFRJ

Thiago Tavares
Diretor-presidente da Safernet

JUNTOS

A GENTE FAZ O FUTURO BRILHAR

EXERCITE SUA SOLIDARIEDADE!

Sua contribuição vai ajudar famílias e crianças em situação de vulnerabilidade por meio de 25 projetos nas áreas de cultura, esporte, educação e segurança alimentar.

CONHEÇA A CAMPANHA E FAÇA SUA DOAÇÃO!

Aponte a sua câmera para o QR Code e doe via PIX:
CNPJ 34.267.237/0001-55
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

Ou doe via transferência bancária: Agência: 1041, Op.: 003, CC: 50174-4
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF